

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E

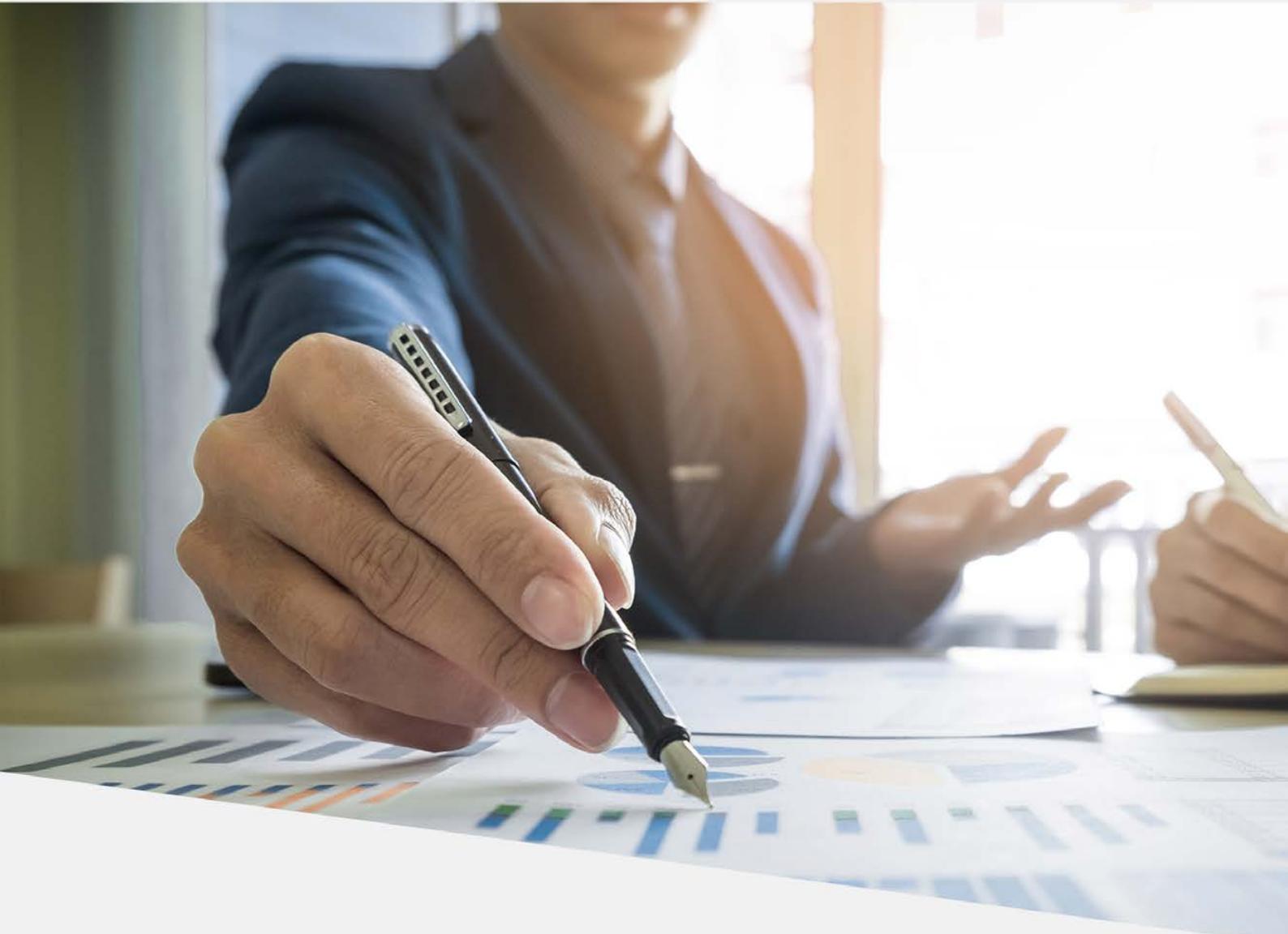




Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



Consultoria fiscal e de gestão

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH
Duas décadas a apoiar empresas



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

p/ 06 e 07.

Literanto. por José Governo
Abril em Portugal. Por Cristina Passas, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista
Dalila Rodrigues, Ministra da Cultura

p/ 30.

Diplomacia Mulheres embaixadoras? Foi preciso uma revolução
Por Helena Pinto Janeiro

N E S T A E D I C Ã O

p/ 37.

Suplemento 25 anos da Cívica
Uma História de Compromisso

p/ 46.

Artes & Artistas Lusos
Elizabeth Casqueiro

p/ 52.

Ambiente Laudato Si'
Por Vítor Oliveira

Obra de capa

Artista Plástico: Michael De Brito

Dimensões: 40 x 30 cm

Técnica: Óleo sobre tela

Elvira

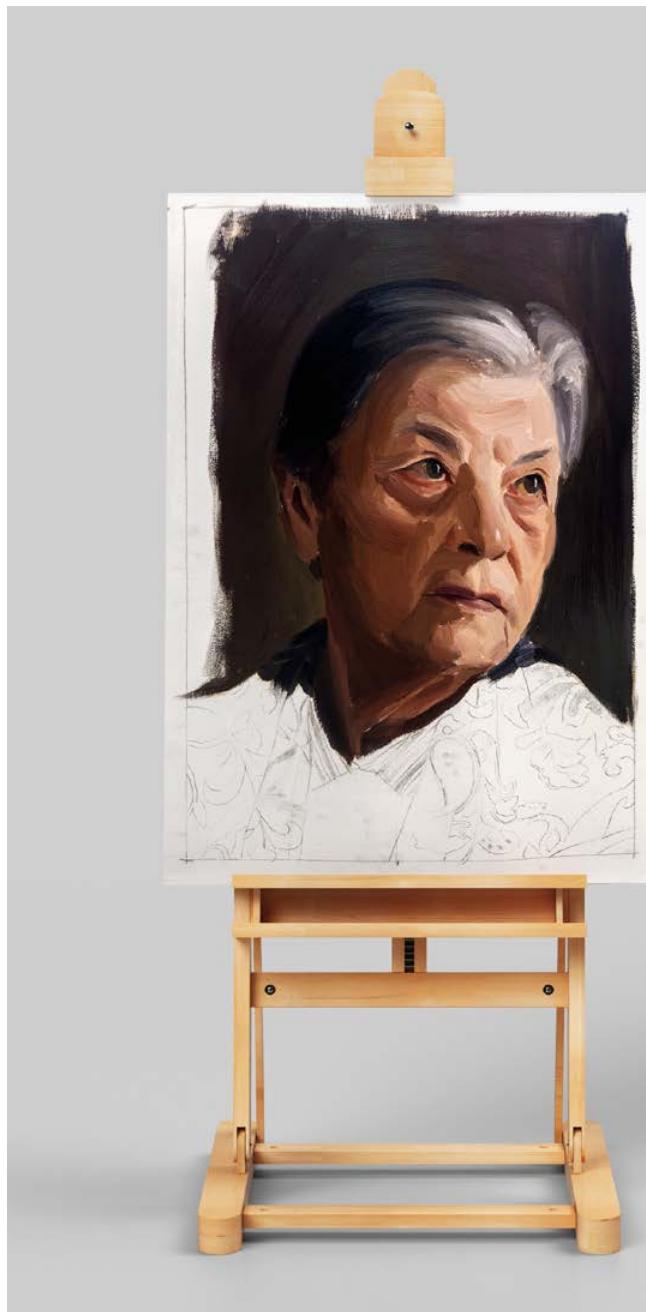
*Estou de pé à beira do campo,
onde as linhas se estendiam
como preces.*

*A terra está silenciosa agora,
mas as minhas mãos lembram
o peso da colheita,
o ritmo de curvar-se, erguer,
plantar.*

*A aldeia mudou —
novos rostos, menos vozes.
Menos árvores.*

*Mas no pó, vê-se pegadas
que já lá não estão.
Não lamento. Escuto.
A terra ainda fala
na língua do seu corpo.*

Marina Carreira
escritora



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Edtores** António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, João Vieira, José Governo, Madalena Pires de Lima, Madalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vitor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e jj), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 53, maio 2025 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Que imenso talento tem Michael de Brito: contemplo Elvira, a “Obra de Capa” deste mês e fico com a estranha sensação de já termos passado muitos momentos juntas. Incrível não é? Desfrutem da arte e do encontro das palavras da Marina. E, porque falamos de escrita, trazemos as últimas do Literanto, recordamos abril e damos-lhe a conhecer uma editora, a Lema d’Origem, de carácter independente, que aposta naquilo que gosta. E por falar em livros, conversamos com Dalila Rodrigues, Ministra da Cultura, que partilha a sua paixão por uma cultura mais próxima, inclusiva e dinâmica. Da transformação das bibliotecas em centros culturais à aposta no digital e na descentralização artística, conheça as ideias e projetos que prometem levar a cultura a todos os cantos do país. E de mulheres continuamos a falar, do trio das primeiras mulheres embaixadoras de Portugal. A língua portuguesa continua viva em Timor-leste e será certamente uma ponte entre o passado e o futuro. Trazemos-lhe um suplemento de uma associação com 25 anos de vida! A Cívica, que reúne eleitos de origem portuguesa em França. A não perder! E afinal “Fernão Mentes?” Descubra o percurso e talento de Elizabeth Casqueiro, absolutamente imperdível. Enalteceremos o legado do Papa Francisco no que ao ambiente diz respeito, na encíclica Laudato Si’, e a Sara Nogueira traz

para os mais pequenos deliciosas sugestões de leitura. Revisitamos as tradições Lusas dos fumeiros Mirandeses pelo talento da escrita única e sábia do António Manuel Monteiro. Fica o alerta para a importância do rastreio de saúde visual infantil e o convite para visitar a cidade “Berço de Portugal”, que recebe este mês o “Realces”, uma exposição de arte tátil, única e obrigatória. Continuamos a viagem pelas comunidades portuguesas, um resumo histórico no Canadá, e um apelo à união e solidariedade em França. Pela magnífica lente de Luís Raposo visitamos a Praia de Angeiras. Sentimos o cheiro do mar e o som das gaivotas. Obrigada Luís. Um estágio em Heidelberg, levou a Diana a sair de Portugal, mas a família falou mais alto e decidiram regressar a Portugal. Paragem obrigatória para todos os crentes (e alguns não crentes), visitamos Fátima, repleta de enigmas, assim como de história de fé, esperança e coragem. E afinal, «Copo de água» é erro de português? Já ouviu falar do novo regime fiscal IFICI?

Espero ter-vos deixado a todos com vontade de guardar esta edição no vosso Ambiente de Trabalho ou nos ficheiros favoritos do telemóvel, para desfrutar durante este mês de maio, consagrado a todos os trabalhadores, às mães e à língua portuguesa. Novo encontro marcado em junho. Até lá, boas leituras.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| E M D E S T A Q U E

Literanto

A língua portuguesa floresce em Paris

No coração de Paris, a Maison du Portugal acolheu mais uma vibrante iniciativa do projeto LITERANTO, demonstrando a vitalidade e o poder de união da língua portuguesa além-fronteiras. No passado dia 12 de abril, a Bibliothèque Gulbenkian transformou-se num palco de encanto e criatividade com a realização de uma animada Hora do Conto Criativo e um estimulante Atelier em Língua Portuguesa, ambos idealizados e organizados por Sara Nogueira, a força motriz por detrás do LITERANTO.

Esta edição especial brindou os participantes com a presença de dois nomes de destaque da literatura infanto-juvenil portuguesa. A escritora e mediadora de leitura Adélia Carvalho deliciou a audiência com a magia das suas histórias, transportando crianças e adultos para mundos imaginários. A ela juntou-se Pedro Seromenho, talentoso ilustrador, escritor e livreiro, que não só partilhou uma narrativa cativante como a ilustrou ao vivo, um momento único que prendeu a atenção de todos.

A alegria e o entusiasmo eram palpáveis, como expressou Sara Nogueira: “Foi absolutamente fantástico ver as crianças e as famílias a rirem, participarem, divertirem-se na nossa tão bela língua portuguesa.”.

Um agradecimento especial foi dirigido a Mafalda Milhões, escritora, ilustradora e livreira do Bichinho do Conto, que representou Portugal no Festival do Livro de Paris. Sara Nogueira sublinhou a importância desta presença, onde a literatura infanto-juvenil e a ilustração portuguesas tiveram um lugar de destaque e de honra. Para Sara, este género literário transcende idades, sendo “a única literatura que – para

além da imensurável importância que assume – é para TODA a gente, dos 0 aos 150 anos”. Foi precisamente Mafalda Milhões quem possibilitou a participação de Adélia Carvalho e Pedro Seromenho no LITERANTO, mostrando a força da colaboração no meio literário português.

A gratidão estendeu-se naturalmente a Adélia Carvalho e Pedro Seromenho pela sua generosa participação e pelo seu talento contagiante. A Fundação Calouste Gulbenkian – Delegação em França e as suas colaboradoras foram também calorosamente agradecidas pela receção acolhedora, fazendo com que todos se sentissem em casa.

Um reconhecimento sentido foi dedicado às famílias presentes, que demonstram um admirável esforço em preservar a língua e a cultura portuguesas junto dos seus filhos. É para elas, acima de tudo, que o projeto LITERANTO e estas atividades são pensadas, proporcionando momentos de fruição da língua através da expressão de artistas notáveis. A dedicação foi tal que a organização foi surpreendida por um presente especial: um desenho da sessão, magistralmente executado ao longo da atividade por um pai artista, Jérémie Garcin, que generosamente partilhou a sua obra com todos.

O LITERANTO afirma-se, assim, como um projeto dinâmico que transporta a riqueza da língua portuguesa para além das fronteiras, transformando-a em eventos memoráveis que envolvem pessoas de todas as idades. Como bem resume Sara Nogueira, são iniciativas que abrangem “dos 0 aos 150 anos”, e que a AILD (Associação Internacional de Lusodescendentes) se orgulha de apoiar, reconhecendo o seu valor inestimável na promoção da nossa língua e cultura.



José Governo
Diretor Executivo da AILD

Na edição de maio da Descendência Magazine, recordamos o mês de abril em Portugal — um período que se veste de história e emoções profundas. Abril evoca a memória de vidas corajosas e dos cravos que se tornaram símbolo de uma revolução. Inevitavelmente, a melodia de “Grândola, Vila Morena” de Zeca Afonso ressoa em nossas mentes, a senha que o Movimento das Forças Armadas (MFA) escolheu para iniciar a operação militar que confirmou o alvorecer da liberdade na madrugada de 25 de Abril de 1974. Este dia singular marcou o culminar de uma luta pela democracia e pela liberdade num Portugal oprimido.

Naquele tempo, Portugal era um país marcado pela pobreza, pelo atraso económico e por uma severa repressão política. O regime ditatorial impunha restrições implacáveis à liberdade de expressão, de

associação e de imprensa. A educação era limitada e os direitos das mulheres eram marginalizados. Este cenário sombrio levou muitos portugueses a procurar uma vida melhor além-fronteiras, um êxodo bem retratado no livro “A Salto” de 1967, que expôs a dura realidade da emigração clandestina nos anos 60. A poderosa lente de Gérald Bloncourt também capturou a vida precária dos emigrantes portugueses nos bairros de lata nos arredores de Paris durante essa década. Uma das suas fotografias mais icónicas, a da pequena Tina com a sua boneca, rodeada pela lama, mas ostentando um sorriso infantil, tornou-se um símbolo pungente das dificuldades enfrentadas por estes portugueses.

A emigração, paradoxalmente, transformou-se também numa forma de resistência ao regime. Os emigrantes desempenharam um papel crucial na

| A I L D

Abril em Portugal

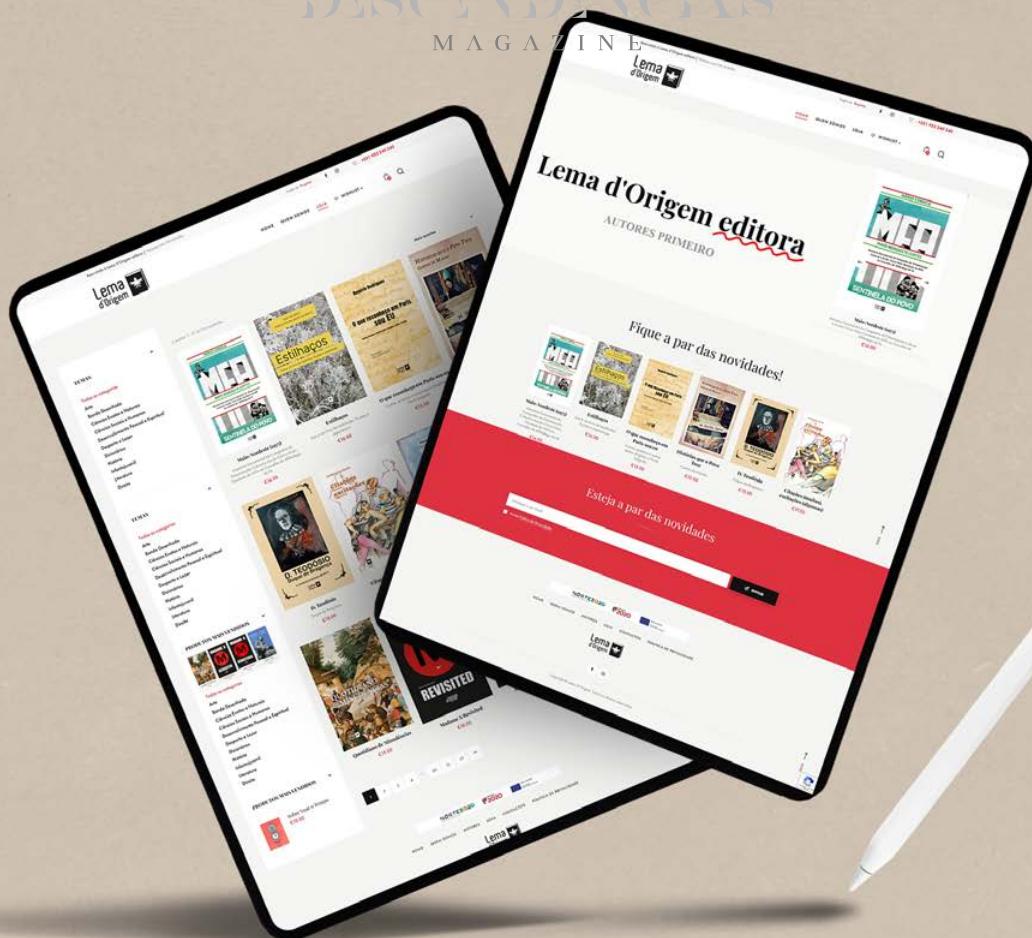
denúncia internacional da ditadura e no apoio à oposição democrática, contribuindo significativamente para o seu fim e para a construção de um Portugal democrático. Nomes como Mário Soares, exilado político em França e na Suíça, Álvaro Cunhal, que coordenou a resistência clandestina a partir do exílio, Manuel Alegre, que colaborou com a “Rádio Voz da Liberdade” em Argel, Jorge de Sena, que usou a sua escrita para criticar o regime a partir do Brasil e dos Estados Unidos, e Eduardo Lourenço, que contribuiu para o pensamento crítico sobre o salazarismo a partir de França e da Alemanha, são testemunhos desta luta. O 25 de Abril de 1974, com a queda da ditadura, representou o fim de uma era de repressão e abriu as portas para uma nova fase na história portuguesa, marcada por mais liberdade, democracia e melhores

condições de vida. O país que o povo português reconquistou naquele dia, homens e mulheres, jovens, estudantes, camponeses, operários, emigrantes, contrasta fortemente com o retrato que o renomado economista Paul Krugman encontrou em 1976, logo após a revolução: “um país muito pobre e retrógrado”. No entanto, ao regressar a Portugal em 2025, a convite do Banco de Portugal, Krugman expressou a sua surpresa e admiração com a evolução do país, afirmando: “espero que alguém estude Portugal, é um pouco misterioso como é que as coisas correram tão bem”.

Esta declaração poderosa ecoa a notável capacidade do povo português “dentro e fora das quatro linhas” em superar as adversidades e construir um futuro promissor.



Cristina Passas
Presidente da AILD



| E M P R E S A A S S O C I A D A

Lema d'Origem

Pode-nos contar um pouco sobre o seu percurso profissional do António Lopes antes de se tornar Diretor Executivo da Lema d'Origem?

António Sá Gué, é o meu pseudónimo literário, sendo o meu nome de batismo António Manuel Lopes. Nasci a 9 de outubro de 1959, na Freguesia de Carviçais, concelho de Torre de Moncorvo. Frequentei engenharia civil, curso que deixei a meio para ingressar voluntariamente nas fileiras do Exército Português. Passei pelos postos hierarquicamente mais baixos até ingressar no Instituto Superior Militar, curso que terminei em 1989 e permitiu-me ascender a oficial.

Enquanto oficial, a minha carreira decorreu com normalidade. Percorri todos os postos da carreira de oficiais até ascender a tenente-coronel, posto que neste momento detinha. Desempenhei as mais variadas funções de planeamento e direção dentro do Estado-Maior das diferentes unidades militares por onde passei e das quais destaco: Oficial de Ope-

rações, Oficial de Pessoal, Oficial de Justiça. Além dos cursos que frequentei para desempenhar as diferentes funções para as quais fui nomeado, frequentei, como qualquer oficial, os cursos obrigatórios para ascender na carreira militar e nos quais destaco: curso de Promoção a Capitão e curso de Oficial Superior. Ao longo da minha vida mantive sempre uma relação emocional com os livros e, em 2007, estreeei-me com o meu primeiro romance, *As Duas Faces da Moeda*. Desde então tenho publicado diferentes obras, sempre na área da ficção que passam pelo romance, como já se disse, e pelo conto.

Como surgiu a Lema d'Origem e qual a sua missão no panorama editorial português?

A Lema d'Origem nasceu pelo inconformismo do seu editor, neste caso, eu próprio. Depois de ter editado a minha terceira obra percebi que as editoras não estavam interessadas em divulgar os seus autores. Tudo era muito comercial. Dei-lhe



Tenente-Coronel António Manuel Lopes, Diretor Executivo da Lema d'Origem

mesmo um lema: “Autores Primeiro”. Perante este inconformismo só tinha dois caminhos: ou seguia o caminho que se me apresentava ou me transformava em editor. Fiz alguns cursos para perceber o mundo em que me ia inserir e assim aconteceu. A primeira obra editada foi da minha autoria, *Na Intuição do Tempo*, para ter a certeza que não cometia erros. Os primeiros anos foram de aprendizagem até as coisas se tornarem algo mais sérias. Conseguí aguentar-me até hoje.

Como vê a evolução do mercado editorial em Portugal nos últimos anos?

Vejo-o com olhos de pessimista. Parece-me que os grandes grupos editoriais dominam o mercado, e assim continuará. As pequenas editoras para continuarem a existir terão de agarrar-se a “níchos de mercado” e, simultaneamente, procurar abrir horizontes em outras áreas do conhecimento, menos comerciais, mas importantes para o país. Eles, os pequenos grupos editoriais, estão condenadas a fazer praticamente um serviço público, publicando obras que, comercialmente, são menos rentáveis, mas muito importantes para o país.

Qual é o perfil dos autores que publicam com a Lema d'Origem?

Na área das ciências sociais e humanas poderei classificá-los como investigadores independentes. Ou seja, gente que pela força da profissão que desempenham ou desempenharam estão ligadas à cultura e fazem investigação muita de carácter local na área da história, antropologia, etc.

Na área da ficção procuro encontrar e dar voz àqueles que me parecem terem algo a dizer e não escreverem banalidades.

Como vê o impacto das redes sociais e das plataformas digitais na divulgação de livros?

O impacto é grande, sem dúvida, mas parece-me que pelo impacto que têm acabam por dificultar o surgimento de novos talentos. Explico: a quantidade de obras editadas anualmente são muitas, elas formam um teto de onde é muito difícil fazer sobressair este ou aquele autor. Ora, a multiplicidade de spots publicitários, todos muito apelativos, dificultam o surgimento de novos talentos. Parece um paradoxo, e talvez seja, mas é essa a minha percepção.



O setor editorial português pode aprender algo com mercados internacionais?

Não sei responder. Diz-me a minha intuição que não. O Mundo está de tal forma globalizado que as tendências sentidas em determinado ponto geográfico são imediatamente aproveitadas no outro ponto.

Quais são os grandes projetos da Lema d'Origem para os próximos anos?

Não tenho projetos definidos. O grande projeto será continuar a existir, mas sem perder esta ligação ao interior profundo. Nunca defini critérios editoriais, como já disse em várias ocasiões, esta linha editorial direcionada para o interior do país, a que chamam de baixa densidade populacional, que tenho vindo a seguir, não foi planeada, foi-me surgindo ao longo do tempo, resultante de ligações pessoais que fui criando, especialmente enquanto autor, mas também pelas ligações emocionais a estas terras – ligações que posso apelidar de genesíacas.

Existe alguma obra ou autor publicado pela Lema d'Origem que considera um marco especial para a editora?

Sim, creio que sim: a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Creio que foi especial por aquilo que ela representa para nós portugueses. Há nela esse sentir português de algum aven-

tureirismo. Há nela a busca de uma vida melhor que fez de nós um povo de emigrantes. Foi tão especial essa edição que quis fazer dela um objeto de arte, que creio o livro não ser, enquanto objeto, e convidei o artista Nuno Mendanha a criar trinta e três desenhos inspirados nessa obra universal.

Como sente a portugalidade? É um tema presente na sua empresa?

O tema está sempre presente, não por tentar defini-la, mas sim estudiá-la. Se a portugalidade é a nossa memória histórica, não me faltam obras de história local e de personalidades locais que pesaram em momentos históricos do país, mas menos conhecidos. Se a portugalidade é a nossa cultura como elemento central de união, não me faltam obras de cariz antropológico e ficcional embebidas nesse caldo cultural português. Se a portugalidade é sentir a cultura profunda das regiões mais autênticas deste país, então não me faltam obras de cariz etnográfico. Se a portugalidade é perceber a cultura judaico-cristã que está na nossa origem e nossa forma de estar e ser, então temos muitas obras nesse teor. Se a portugalidade é descrever o mundo com um certo linguarejar, muito rico, que foge ao padrão, então não me faltam obras nesse campo.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?



As expectativas são grandes. Pode muito bem ser um grande potenciador os nossos negócios. Nenhuma empresa cresce isolada, especialmente neste tempo de globalização, logo, estar em rede é a melhor forma de podermos crescer e de nos darmos a conhecer.

Tendo em consideração que esta entrevista será lida por muitos empresários espalhados por todo o mundo, que palavras deixaria sobre a AILD relativamente a esta plataforma global?

Nos momentos iniciais da Lema d'Origem sempre achei que um projeto editorial como este, teria de estar inserido em associações de carácter cultural, por razões que me escuso a enumerar, mas que me parecem fáceis de concluir. Sou mesmo cofundador algumas dessas associações às quais a Lema

d'Origem se mantém ligada. Essas associações estão vivas e desenvolvem atividade cultural anual. Apenas a título de exemplo falo do “PAN (Poesia e Arte na Natureza) – Encontro e festival Transfronteiriço de Poesia, património e Arte de Vanguarda”. Este festival realiza-se anualmente em Morille (Espanha – Salamanca) e em Vilarelhos – aldeia do Concelho de Alfândega da Fé. Outro exemplo com muito sucesso são os “Encontros Transfronteiriços do Património”. Anualmente estudamos o património de duas aldeias raianas, uma espanhola e outra portuguesa, publicando uma obra a que chamamos Cadernos do Património.

Neste sentido, penso que a AILD, é uma associação com muito potencial, saiba ela conglomerar toda a diáspora histórica do nosso país, e pode muito ser um motor de desenvolvimento para muitas empresas e até para o país.



João Vieira
Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

DALILA RODRIGUES

MINISTRA DA CULTURA

Dalila Rodrigues assumiu a liderança do Ministério da Cultura em abril de 2024, trazendo consigo uma vasta experiência adquirida à frente de instituições emblemáticas como o Museu Nacional de Arte Antiga e o Mosteiro dos Jerónimos. Reconhecida como uma das principais vozes na preservação e promoção do património cultural de Portugal, Dalila Rodrigues partilha, nesta entrevista exclusiva à Descendências Magazine, a sua visão para o futuro da cultura no país. Entre os temas abordados, destacam-se a reforma do modelo de apoio às artes, a descentralização cultural e a valorização da diversidade artística. A Ministra da Cultura reflete também sobre a estreita relação entre cultura e educação, o impacto da transformação digital e a necessidade de uma abordagem inclusiva para garantir o acesso à cultura em todas as regiões, especialmente nas mais periféricas.



© Tiago Araújo

Ao longo da sua carreira, sempre esteve profundamente ligada ao património, à museologia e à valorização da história da arte em Portugal. Foi diretora de museus como o Grão Vasco e o Nacional de Arte Antiga, professora universitária, curadora de exposições, investigadora e, mais recentemente, responsável pela direção do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém, duas das maiores joias do nosso património. Mas, deixando por instantes as funções, os cargos e os reconhecimentos de lado — quem é, verdadeiramente, Dalila Rodrigues?

Determinada, rigorosa e intransigente na defesa dos direitos humanos e de princípios éticos. Valorizo o pensamento crítico e defendo a Cultura como recurso primordial e área de serviço público. Considero fundamental a expansão e a difusão do conhecimento, sobretudo através da investigação

e da educação. Dedico-me de alma e coração, como se fosse uma vocação ou um imperativo, à preservação e valorização dos patrimónios naturais e históricos. Gosto de fazer bem e o bem, sobretudo por não aceitar a violência, a guerra e a falta de oportunidades no mundo em que vivemos. Inspira-me a visão, talvez utópica, de um mundo justo e em paz.

Que valores pessoais a movem, o que a inspira, e que aspetos da sua identidade considera fundamentais para compreender a sua forma de estar na vida e, agora, na política?

Penso que é justamente isso, de alguma forma: uma determinação em preservar patrimónios naturais e legados históricos. Uma determinação e um compromisso com a fruição dos bens culturais, com o acesso à cultura para todos. Devo dizer que o Programa do Governo, para o qual tive a honra de





ser convidada, era, na altura em que tomei esta decisão, uma abordagem generosa do conceito de cultura, justamente porque os princípios da democratização e os princípios transformadores estão inscritos nesse programa. Foi isso que me motivou ao “sim” e à presença neste extraordinário coletivo que é o Governo atual.

A sua formação académica em História da Arte e a sua experiência como diretora de instituições emblemáticas como o Museu Nacional Grão Vasco e o Mosteiro dos Jerónimos moldaram a sua visão sobre a cultura em Portugal. De que forma essas experiências enriqueceram a sua abordagem à gestão cultural em Portugal?

A experiência enquanto profissional da cultura, em diversas instituições com diferentes missões, é fundamental. Posso dizer que tenho uma compreensão e uma empatia por aqueles que lutam perante a ausência de meios e de recursos. Sempre valorizei, nas minhas diversas experiências de direção de equipamentos culturais, mas também enquanto professora, as pessoas e as equipas. Nunca fazemos nada sozinhos; fazemos sempre trabalho em equipa. Mesmo que, em determinada altura, as decisões pareçam muito individuais, elas refletem sempre um trabalho de equipa.

Essa experiência de trabalho com diversas equipas e a luta por melhores e mais qualificados recursos humanos reforçam a importância de compreender que não é o número que determina a qualidade da equipa, mas sim a qualidade da formação a que essa equipa tem acesso. Muitas vezes, evidenciamos a fragilidade em números, mas essa fragilidade deve ser denunciada, fundamentalmente, porque o Estado não tem investido na formação dos seus quadros. E isso é uma lacuna que afeta o bom desempenho de praticamente todos os serviços. Refiro-me ao nível da cultura institucionalizada — das várias direções, institutos, equipamentos culturais —, mas é um problema transversal, que afeta profundamente o bom desempenho.

Ter esta experiência de uma luta permanente por recursos humanos adequados, em número e em competências, e por meios financeiros, que têm sido praticamente inexistentes, fez com que eu desenolvesse, no exercício destas funções, ao longo desse ano, processos de solidariedade, de empatia e de

compromisso. E, portanto, a minha luta por melhores recursos e mais meios tem sido permanente.

Tendo sido bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian e beneficiado de formações no estrangeiro, nomeadamente em Itália e Espanha, até que ponto considera que o contacto com modelos culturais europeus influenciou a sua percepção sobre o que deve ser uma política cultural contemporânea em Portugal, e quais desses modelos considera mais inspiradores para aplicar no contexto nacional?

Viajar para conhecer novas realidades e ter horizontes mais largos é essencial. Não sei se os equilíbrios ecossistémicos do planeta, que estão fragilizados em virtude dos circuitos internacionais do turismo, não nos vão obrigar, mais tarde ou mais cedo, a repensar esta afirmação de que viajar é fundamental. Também é verdade que, à medida que o planeta se fragiliza, se abrem novos recursos tecnológicos para que o conhecimento se possa expandir, ainda que, neste universo da arte e das práticas culturais, nada substitua a experiência presencial. Posso dizer que sim, fui bolsa de várias instituições e também fiz investigação na Índia, na América do Sul — percorri muitos continentes. Estive ligada a muitos projetos. O contacto com essas realidades leva-me a afirmar que o modelo de acesso gratuito aos meios culturais — fundamentalmente aos grandes museus, como é o caso da National Gallery ou do British Museum — reforça a minha defesa do modelo britânico. Pagram-se as exposições temporárias, mas o acesso dos cidadãos aos bens culturais, aos tesouros artísticos, deve ser partilhado.

O modelo britânico está na origem de medidas como, mais à frente falaremos, o Acesso 52 e o Teatro 50%, por exemplo. Sou uma defensora do acesso gratuito, do usufruto dos bens culturais e de uma oferta cultural qualificada, disseminada por todo o território. E, portanto, posso afirmar, sem hesitação, que o modelo de fruição e de gratuitidade britânico me agrada. Agrada-me também a diversidade das atividades culturais e artísticas que França promove. Há muitas formas de expressarmos a criação, a criatividade e o génio, e, tendencialmente, a cultura institucional valoriza mais determinadas formas de expressão. Sabemos que a música tem maior capacidade de mobilização e de atração do que, por exemplo, a dança contemporânea.



© Tiago Araújo

Por isso, é fundamental que o Estado equilibre, financie e tenha preocupação com a diversidade cultural. Todas as áreas de expressão e de criação têm de ser promovidas pelo Estado, sem exceções, porque o Estado não pode praticar políticas de gosto e deve estar atento a essa diversidade. Penso que, desse ponto de vista, Portugal tem muito a fazer, porque vive em denegação de muitas formas de expressão.

Assumiu a pasta da Cultura, em abril de 2024, num momento de transição política e em que as expectativas sobre o setor eram elevadas, tanto por parte dos agentes culturais como da sociedade civil. Como descreveria o seu processo de entrada no Governo: houve hesitações, condições que sentiu necessidade de impor, ou foi um desafio que aceitou de imediato por considerar que poderia, finalmente, fazer a diferença num setor que conhece profundamente?

Serei incapaz de calcular a dimensão da minha gratidão pela distinção e honra que o convite para o exercício deste cargo representa. Tive a hesitação natural que decorre da ponderação, da necessidade de medir forças, de perceber se os meus conhecimentos e as minhas competências es-

tariam à altura das exigências do cargo. Mas devo dizer que não impus qualquer condição, nem precisei de o fazer. Tenho exercido as minhas funções com total liberdade, seja na definição de linhas estratégicas, seja na gestão diária dos temas. Devo dizer que o Governo atual — e digo-o sem qualquer bajulação, porque também não sou essa pessoa — é uma equipa que trabalha de forma cúmplice e em permanente sintonia. As nossas decisões são sempre tomadas de forma muito pacífica, muitas vezes com debate de ideias, o que é sempre de saudar. Mas também devo dizer que isso é possível graças à boa liderança do primeiro-ministro. Não tenho qualquer reparo a fazer; pelo contrário, só tenho gratidão pelo modo como me têm permitido exercer as minhas funções com total independência.

Uma das suas críticas mais consistentes à anterior política de património foi a centralização excessiva e a desarticulação com os territórios. Nessa linha, propôs a criação das Unidades Patrimoniais Territoriais (UPT). Pode explicar-nos, de forma concreta, como pretende implementar estas unidades, qual será a sua autonomia, e de que forma poderão mudar a lógica de funcionamento atual dos museus e monumentos sob alçada do Estado?



© Tiago Araújo

Quando iniciei funções governativas, estava determinada a reverter a reforma levada a cabo na área do património pelo Governo anterior, que teve efeitos a partir do dia 11 de janeiro de 2024. Iniciei funções em abril e fui vítima dessa reforma, enquanto diretora do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém. Não concordei com a criação de uma entidade pública empresarial — uma empresa que detém a tutela direta de 37 museus, monumentos e palácios — por considerar que as coleções nacionais não devem estar sob a tutela de uma entidade empresarial. Não o fiz porque o cumprimento dos prazos do PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, obriga a que as equipas tenham estabilidade e não estejam em processos de transição jurídico-administrativa.

A existência do PRR foi um grande incentivo para a aceitação deste cargo. São 319 milhões para o património — uma oportunidade única. Até por dever cívico, e enquanto profissional ligada à defesa do património, não podia recusar este convite. Foi um grande incentivo, razão pela qual veio comigo, fazendo equipa, a ex-secretária de Estado da Cultura, que é uma académica especializada em História da Arquitetura e que, depois de garantida a capacidade das nossas estruturas — cujas direções foram objeto de acerto, tanto no património cultural como nessa empresa — de cumprirem os prazos do

PRR, retomou as suas funções enquanto Professora Catedrática da Universidade de Coimbra. Ela, Maria de Lurdes Cra-veiro, foi essencial no cumprimento deste desígnio.

A reforma levada a cabo pelo Governo anterior tem três aspetos que têm de ser repensados e reconvertidos noutras soluções. Em primeiro lugar, colocou o património nacional numa situação de profunda assimetria, ao entregar os 37 museus, monumentos e palácios à tutela direta de uma empresa e deixar o restante património — os castelos, as catedrais, os sítios arqueológicos, ou seja, o país — entregue ao Instituto Público Património Cultural, com sede no Porto, tendo simultaneamente extinguido as Direções Regionais de Cultura. Temos, assim, uma empresa a tomar conta dos museus, monumentos e palácios com alguma capacidade de gerar receita, e, por outro lado, temos o país numa situação de abandono. E aqui falamos das catedrais, dos castelos, dos sítios arqueológicos, das fortificações, de todo o património dos legados resultantes de práticas ancestrais — o artesanato, o património imaterial, desde o cante alentejano à transumância das ovelhas em vários pontos do país, passando por atividades artesanais como a cerâmica, o vidro, a olaria, a cestaria, a serralharia, etc. Somos um país com uma diversidade regional geomorfológica enorme. Temos uma densidade patrimonial



© Tiago Araújo

surpreendente — e esse país está abandonado. As Unidades Patrimoniais do Território (UPT) correspondem, por isso, a uma medida, uma ação governativa da minha iniciativa, que tem o objetivo de colmatar o abandono em que se encontra o país. A Direção Nacional do Norte, do Centro e do Sul era uma estrutura que garantia a presença, representava o Ministério da Cultura, e tinha não apenas responsabilidades de diagnóstico e fiscalização, mas também de ação. Agora, o património — e também a atividade artística contemporânea — ficou completamente ao abandono, centralizado no Ministério da Cultura e nas suas direções-gerais. A DG Artes, Direção-Geral das Artes, tem responsabilidades, mas baseadas numa visão muito limitada do território.

As Unidades Patrimoniais do Território procuram precisamente, com estruturas do Ministério da Cultura sob tutela direta do Património Cultural e do Instituto Público, fazer um reforço com técnicos superiores, em áreas especializadas, que possam responder às realidades patrimoniais de um determinado território — e com meios técnicos também, para garantir não apenas o diagnóstico e a segurança, mas também uma ação imediata. Por exemplo, com as chuvas intensas, inúmeras estruturas fortificadas, sobretudo na zona do Alentejo, ameaçam derrocadas e deslizamentos. É fundamental garantir uma ação imediata. As alterações climáticas constituem uma grande ameaça para a preservação patrimonial. E nós temos de estar no terreno. Não



© Tiago Araújo

consigo — não posso — admitir que os carros de combate aos incêndios destruam as mamoas ou passem por sítios arqueológicos sem que as equipas tenham uma ação e uma presença imediata.

Por isso, o estado em que o país se encontra, do ponto de vista patrimonial, é uma situação de emergência, e tudo tem feito, através do Património Cultural — que tem sido o meu maior aliado — para dar resposta a essa situação.

Assim, as Unidades Patrimoniais de Território são a expressão de uma preocupação com o país. São uma das consequências do meu princípio estruturante, que é “agir em todo o território”.

A sua proposta de revisão dos critérios de classificação, aquisição e circulação de obras de arte é particularmente relevante num país onde os processos administrativos nesta área

são frequentemente burocráticos e morosos. Que princípios orientadores pretende introduzir nesta revisão e como será garantida a transparência e a representatividade regional e temática nas futuras aquisições do Estado?

A criação de uma entidade pública empresarial para dirigir os 37 museus, monumentos e palácios coloca limites à ação direta da responsável pela pasta da Cultura — neste caso, à minha pessoa. E eu não concordo com essas limitações. Tem de haver políticas culturais públicas das quais decorra uma ação legislativa que garanta eficácia — não apenas ao nível das políticas de alargamento das coleções, nomeadamente através da aquisição de novas obras, mas também através de legislação que assegure que o Estado pode, e deve, fomentar as coleções privadas sem que daí decorra qualquer prejuízo. O que não pode acontecer é impedir a circulação dos



© Tiago Araújo

bens, das obras de arte, sem qualquer contrapartida. Se o Estado impede a saída de uma obra de arte, deve fazê-lo de forma muito fundamentada e sem que tal se constitua como um impedimento à transação livre das obras enquanto bens de posse privada. É, por isso, necessário encontrar um equilíbrio entre a proteção e preservação dos bens culturais e os incentivos à constituição de coleções, bem como ao envolvimento dos privados nessa preservação e no estímulo ao colecionismo.

É igualmente importante sublinhar que os museus, monumentos e palácios devem ter políticas de aquisição alargadas, mas, acima de tudo, devem investir nos princípios da conservação e da conservação preventiva. Alargar coleções sem garantir as melhores condições ambientais e as melhores práticas conservativas não é uma boa política. Por outro lado, deve promover-se uma maior permuta e circulação dos bens do Estado que integram determinadas coleções e que, muitas vezes, se encontram em reserva, sem estarem acessíveis ao

usufruto do público. Sempre fui uma grande defensora desta política de abertura, de intercâmbio, de troca e de valorização dos bens culturais em absoluto.

Num país historicamente marcado pela separação entre “alta” e “baixa” cultura, propõe um modelo cultural mais inclusivo, onde todas as expressões têm valor. Como está a operacionalizar essa ideia dentro das estruturas do Ministério da Cultura, nomeadamente no financiamento, programação e validação de projetos que nascem fora dos circuitos consagrados?

No Orçamento de Estado atual, tive a preocupação de garantir estabilidade a todas as estruturas — sejam institutos, direções-gerais ou as estruturas artísticas apoiadas pela Direção-Geral das Artes, por uma questão de responsabilidade e de precaução. Precisei de tempo — como todos precisamos — para tomar as melhores decisões. Por isso, o



© Tiago Araújo

meu princípio foi o de garantir estabilidade, e não introduzi alterações significativas, nem ao nível da estrutura, nem na distribuição do financiamento, justamente para ganhar tempo até ao Orçamento de 2026. Ainda assim, introduzi algumas medidas pontuais que alteraram a estrutura do financiamento. Apesar dos magros recursos de que disponho para uma medida que desejo tornar estruturante nas políticas culturais públicas, considero essencial que o Ministério da Cultura estabeleça uma parceria sólida com todos os Municípios, através dos respetivos Executivos Municipais. É preciso reforçar essa cooperação com os 308 Municípios — incluindo o continente e as regiões autónomas — e expandir o hábito de intervenção no domínio do Património Cultural. Excluindo os museus, monumentos e palácios, o Património Cultural é a entidade responsável por todo o restante património. Por isso, é necessário expandir a sua estrutura, reforçar o seu orçamento, criar novos departamentos e garantir essa articulação estratégica entre o Ministério da Cultura e os Municípios.

O programa “Acesso Teatro 50%”, que oferece bilhetes a metade do preço, tem como objetivo estimular novos públicos para as artes de palco. Para além do incentivo económico, está a ser pensada alguma estratégia pedagógica ou de mediação cultural que acompanhe este programa, nomeadamente em articulação com escolas, universidades ou associações juvenis?

Sim, é a etapa seguinte. E devo dizer que os resultados são surpreendentes em termos de adesão. A medida está muito limitada, em virtude do encerramento dos Teatros Nacionais de D. Maria II e São Carlos, e também por ter sido aplicada apenas aos teatros nacionais. Tenho a expectativa de que, nas reuniões com as Comunidades Intermunicipais, e em função da parceria entre o Ministério da Cultura e os Municípios, seja possível o alargamento das medidas de gratuidade. Espero e desejo que as medidas de gratuidade e de acesso aos equipamentos culturais venham a ser alargadas. Em relação à vossa pergunta, de facto, se não está



© Tiago Araújo

prevista uma articulação com escolas, universidades ou associações juvenis, é imperativo que passe a estar — essa é a fase seguinte.

As bibliotecas públicas são, muitas vezes, o único espaço cultural acessível em certas localidades. programa “Estudos da Paisagem”, que valoriza o território através da leitura, é uma proposta inovadora nesse contexto. Pode partilhar a visão estratégica por detrás desta iniciativa e que resultados espera ver a médio prazo?

É uma medida pensada para que três Ministérios — Cultura, Agricultura e Ambiente — realizem estudos multi e transdisciplinares, tendo como ponto de partida o tema da paisagem, que é de uma complexidade e vastidão absolutas. Desde logo, porque existe uma enorme diversidade paisagística em Portugal Continental e nas Ilhas. O “Estudos da Paisagem” tem no horizonte as práticas artísticas e culturais ligadas à

diversidade dos territórios. Tem, também, a preocupação de identificar a relação entre as manifestações culturais, por um lado, e os ciclos de cultivo ligados à terra, por outro. Fui à inauguração do Museu do Arroz, em Estarreja, e aquele museu fala-nos das manifestações culturais, das danças, das músicas e das indumentárias ligadas ao ciclo de cultivo do arroz. Trata-se de um museu de cultura. No entanto, nele também é possível divulgar um produto da região e adquiri-lo no próprio museu.

Considero que é necessário desenvolver projetos com uma abrangência significativa, mas que tenham uma presença muito determinada em cada um dos territórios que compõem a nossa riqueza paisagística e cultural.

Referiu em declarações recentes que é necessário “combinar a cultura machista” dentro do próprio setor cultural. Esta afirmação revela não só sensibilidade para as desigualdades estruturais, como coragem política. Que ações concretas já



© Tiago Araújo

implementou – ou pretende implementar – para promover a igualdade de género nos organismos tutelados pelo Ministério, nos concursos públicos e nas práticas institucionais da Cultura em Portugal?

Agradeço muito esta pergunta, que está muitíssimo bem elaborada e é muito oportuna. Estou muito atenta às atitudes e comportamentos nas organizações que se estruturam nesta área governativa, que é o Ministério da Cultura. Estou particularmente atenta aos processos de convite para cargos não remunerados e às nomeações, que fazem parte das minhas competências, assim como aos critérios de abertura dos procedimentos concursais, no sentido de garantir a paridade de género. Não de forma forçada, mas com o cuidado e a atenção necessários para equilibrar as organizações, sobretudo ao nível do pessoal dirigente, porque é muito evidente a ausência de equilíbrio entre géneros, especialmente nos cargos de chefia.

As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo têm um papel vital na promoção da cultura nacional e, ao mesmo tempo, vivem desafios próprios de preservação da identidade. O que está a ser feito para aproximar essas comunidades da política cultural nacional? Há planos para desenvolver uma diplomacia cultural mais estratégica, que envolva artistas, investigadores e instituições da diáspora de forma sistemática?

As comunidades portuguesas dispersas pelo mundo devem ser valorizadas através de uma conceção de cultura mais participada e sistemática, com uma programação contínua, permanente, e não episódica. Os Ministérios da Cultura, dos Negócios Estrangeiros e da Educação, Ciência e Inovação devem definir um plano de ação que transforme radicalmente a realidade atual. É urgente trabalhar novos princípios e novas práticas de internacionalização. É fundamental, na verdade, ter uma diplomacia cultural mais estratégica que coloque

em diálogo e em interação essas diversas comunidades. E os princípios da internacionalização estão obsoletos. Já somos o resultado de uma revolução tecnológica, e é necessário, hoje, pensarmos de outra maneira e trabalharmos de forma ágil os resultados positivos do mundo digital e do que a revolução tecnológica nos permitiu.

Os profissionais da cultura, desde técnicos de bastidores a artistas independentes, enfrentam uma grande precariedade. Que medidas estão a ser equacionadas para melhorar as condições laborais no setor, nomeadamente ao nível dos contratos, apoios sociais, proteção no desemprego e reconhecimento da carreira artística?

O combate à precariedade, nos aspectos que mencionou, faz-se, sem dúvida, através da revisão e melhoria do Estatuto dos Profissionais da Cultura, uma frente que temos vindo a trabalhar. No entanto, o combate decisivo à precariedade dos profissionais da cultura e a melhoria das condições laborais no setor dependem de uma alteração do modelo de apoio às artes. Este modelo deve partir de uma releitura e diagnóstico do sistema artístico, a partir do qual se possa desenhar uma política pública que garanta:

- A sustentabilidade das estruturas artísticas e a sua capacidade para contratarem e remunerarem devidamente as equipas necessárias ao exercício da sua atividade;
- O reconhecimento da relevância dos percursos profissionais nas diversas áreas da criação;
- O reconhecimento da diversidade das manifestações artísticas como fator determinante para a sustentação de um sistema artístico dinâmico, com capacidade para criar um mercado de trabalho atrativo;
- O reconhecimento da importância da preservação e promoção de repertórios diversificados;

• A consideração, absolutamente fundamental, de todos os territórios e da democratização do acesso das populações à fruição das produções teatrais, corrigindo assimetrias regionais e desigualdades sociais.

Os dispositivos de apoio não podem ser um fim em si mesmos. Para além dos concursos, o modelo de apoio às artes deve contemplar todos os dispositivos de apoio e formas de intervenção necessários, para que, da atuação do Estado, resulte a criação de um quadro de desenvolvimento para as artes e o cumprimento dos direitos constitucionais no que diz respeito à criação e fruição culturais.

A sustentabilidade financeira das estruturas culturais, particularmente as que operam fora dos grandes centros urbanos, é um dos maiores desafios do setor. Como pretende garantir a estabilidade dos apoios a médio e longo prazo, evitando a lógica de concursos anuais e imprevisibilidade que afeta tantas companhias e criadores?

Tem toda a razão na questão que coloca. Assumi um compromisso profundo com o país. Todas as medidas têm um critério geográfico: o trabalho de transformação das bibliotecas em Unidades Culturais de Território, as Unidades Patrimoniais de Território de que já falámos, as bolsas de criação literária, os ciclos comemorativos de Camões e Carlos Paredes, atualmente em curso, os contratos-programa com as Fundações para a criação e mediação artística. Não podemos continuar a falar de um país com assimetrias sem tomar medidas claras para as eliminar. No entanto, não podemos esquecer que o mandato deste Governo, e deste Ministério, foi interrompido. Apesar disso, ficou previsto que no procedimento de renovação do Apoio Sustentado, na modalidade quadrienal da Direção-Geral das Artes, as comissões de acompanhamento deverão proceder à consulta dos Estabelecimentos de Ensino





© Tiago Araújo

Superior (Universidades ou Politécnicos), solicitando a nomeação de docentes com pensamento crítico sobre as artes e com conhecimento das dinâmicas culturais dos territórios onde as entidades financiadas desenvolvem a sua atividade. Esta medida tem como objetivo reforçar o procedimento de renovação, garantindo uma maior sustentação técnica, associada ao conhecimento das dinâmicas culturais dos territórios.

O setor cultural tem-se revelado, também, como um dos principais instrumentos de regeneração urbana, revitalização de centros históricos e dinamização do turismo cultural. Como vê a articulação entre cultura e outras áreas da governação, como o planeamento territorial, o turismo ou a sustentabilidade ambiental?

A cultura é, de facto, um meio fundamental, desempenhando um papel instrumental essencial na forma como pensamos e nos organizamos, na maneira como concebemos as cidades

e ajustamos as nossas expectativas à ordem do mundo, que, inevitavelmente, é sempre económica. O turismo, que dinamiza as economias locais, deve ser sustentável, o que implica que a diversidade, a qualidade e a autenticidade dos lugares precisam ser preservadas e garantidas.

Ao olhar para o futuro da cultura em Portugal, que transformações gostaria de ver concretizadas a curto/médio prazo? E que indicadores considera fundamentais para medir o sucesso – ou fracasso – de uma política cultural pública?

A curto prazo, o meu objetivo é ver concretizado um dos princípios que considero estruturante – “agir em todo o país”, concretizado através da parceria entre o Ministério da Cultura e os 308 Municípios, que se traduziria em 308 bibliotecas públicas ativas, transformadas em centros culturais com uma programação diversificada e de grande qualidade. Gostaria de ver criadas, tão brevemente quanto possível, estruturas regionais, em articulação com as 22 Comuni-



dades Intermunicipais, para a preservação dos nossos patrimónios históricos, tanto materiais como imateriais, ligados ao mundo rural e às práticas artesanais.

É essencial que o Ministério da Cultura reflita, na sua estrutura orgânica e territorial, um sistema das artes baseado em princípios de diversidade, equidade e justiça no acesso ao financiamento do Estado. Por fim, mas com a devida prioridade, é necessário avançar com uma nova lei do mecenato, que constitua um verdadeiro incentivo ao investimento privado, e promover práticas de sustentabilidade ambiental nas atividades culturais.

Depois de um ano no cargo, que balanço pessoal faz desta experiência como Ministra da Cultura? E que mensagem gostaria de deixar, em particular, aos profissionais da cultura que resistem diariamente com paixão, criatividade e, muitas vezes, com muito pouco apoio?

Faço um balanço muito positivo pelo modo entusiástico com que o meu pensamento crítico e a minha visão, as políticas públicas de cultura e as medidas que as concretizam foram recebidos no país, especialmente fora do eixo Lisboa–Porto.

O exercício do cargo é muito exigente e exige uma grande capacidade de resistência, pois, muitas vezes, somos confrontados, ainda que apenas no âmbito das agendas mediáticas, com acusações injustas, mentiras e até com afirmações ou juízos de valor que atentam contra o bom nome. É necessário, portanto, saber enfrentar a ingratidão e a injustiça praticadas por alguns órgãos de comunicação social. No entanto, o poder de transformar, garantir o acesso a bens culturais e dar retorno e meios aos profissionais da cultura, a todos aqueles que diariamente, como bem diz, resistem com paixão, compensa todas as privações, cansaço e injustiças. Transformar e lutar por um mundo melhor é, sem dúvida, um dever – essa é a minha mensagem.



Envolver as pessoas
cegas ou com baixa
visão no universo
das artes

realces.pt

Venha explorar a arte através do toque
Uma exposição única!

Entrada livre

Casa da Memória de Guimarães



Lourdes Pintasilgo, primeira mulher embaixadora de Portugal e a primeira na Unesco (1975-1979/1981)

| DIPLOMACIA

Mulheres embaixadoras? Foi preciso uma revolução

Ainda nem um mês tinha passado sobre a revolução de 25 de Abril de 1974 quando a igualdade entre homens e mulheres chega à diplomacia portuguesa. A decisão de deixar de excluir as mulheres do acesso à carreira diplomática é tomada no conselho de ministros

de 22 de maio, por motivos de equidade e justiça. A 6 de julho, a decisão do I Governo Provisório é consagrada num decreto-lei, no qual o sexo dos candidatos ao serviço diplomático está pela primeira vez ausente. Até então, apenas os cidadãos portugueses homens

se podiam candidatar. Um ano após a revolução e o fim da discriminação legal do sexo feminino na diplomacia, cinco mulheres tomam finalmente posse como adidas de embaixada: Ana Martinho, Ana Barata, Maria Dinah Neves, Maria Isabel Pádua e Vera Fer-

nandes. Foi a 11 de agosto de 1975, uma segunda-feira.

Na sexta-feira anterior, acontecera algo ainda mais invulgar: uma mulher tomara posse como embaixadora dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo (1930-2004) entrara diretamente para o topo. Tinha 45 anos e um currículo de exceção. Engenheira química de formação, liderara o Departamento de Estudos e Projetos do maior grupo industrial da Península Ibérica e um dos maiores conglomerados químicos da Europa: a Companhia União Fabril (CUF). Em paralelo, tinha uma grande experiência de liderança em organizações de natureza social e

eclesial, com uma forte componente internacional, às quais decidira, há já alguns anos, dedicar-se a tempo inteiro. Após ter sido presidente da Juventude Universitária Católica Feminina, tornara-se dirigente da Pax Romana – Movimento Internacional de Estudantes Católicos, e do Graal. Fizera, igualmente, parte de delegações de Portugal à Organização das Nações Unidas, ainda antes da revolução. Imediatamente depois da queda da ditadura, tornou-se secretária de Estado da Segurança Social do I Governo Provisório (1974), Ministra dos Assuntos Sociais dos II e III Governos Provisórios (1974-1975), e presidente da Comissão que mais tarde virá a ser conhecida por Comissão da Condição Feminina.

Como embaixadora, foi reabrir a Delegação Permanente de Portugal na UNESCO, em Paris, de onde Portugal se tinha retirado uns anos antes para evitar ser expulso, devido à recusa da ditadura em fazer a descolonização dos seus territórios ultramarinos. Intelectualmente brilhante e com um perfil interdisciplinar, a embaixadora da nova democracia portuguesa consegue granjear um grande prestígio entre os seus pares, nessa agência das Nações Unidas. Tanto que é eleita, logo na Conferência de Nairobi, em 1976, para o Comité Executivo da UNESCO, com o maior número de votos do grupo europeu ocidental e o segundo maior no total dos 25 membros.

O convite do Presidente Ramalho Eanes



Raquel Ferreira é a segunda mulher embaixadora de Portugal e a primeira em Estocolmo (1988-1992) e em Tóquio (1993)

Maria do Carmo Allegro Magalhães completa o trio pioneiro de mulheres embaixadoras de Portugal, sendo a primeira das jovens adidas pós-revolução a chefiar uma embaixada. É a primeira em Windhoek (1998-2002), em Liubliana (2005-2012) e em Belgrado (2012)



para chefiar o V governo Constitucional (1979-1980), até à realização de novas eleições legislativas, veio suspender a sua missão na Representação Permanente de Portugal na UNESCO, em Paris. De primeira mulher embaixadora, torna-se a primeira mulher primeira-ministra da República Portuguesa. Concluído este último capítulo, já não regressaria ao seu posto diplomático em Paris. Assim o entendeu o novo governo. Não obstante, como a exoneração (tal como a nomeação) dos embaixadores é uma prerrogativa constitucional não do governo mas do Presidente da República, Pintasilgo acaba por só ser exonerada, a seu pedido, em 1981.

Será preciso esperar por 1988 para uma segunda mulher ser nomeada embaixadora de Portugal, desta feita pelo Presidente Mário Soares. Trata-se de Maria Raquel Lopes de Bethencourt Ferreira, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Quando é nomeada embaixadora de Portugal em Estocolmo, Raquel Ferreira tem 50 anos e uma experiência considerável em diplomacia multilateral. Após um período inicial como advogada e chefe do Serviço de Contencioso da TAP, trabalhou entre 1965 e 1969 em Genebra, na Delegação Permanente de Portugal junto da Associação de Comércio Livre (EFTA) e do Acordo Geral sobre o Comércio de Tarifas (GATT). Na fase final da sua mis-

são, entre 1967 e 1969, exerceu as funções de Representante Permanente Adjunta. Apesar de «exercer funções de» não ser a mesma coisa de ser oficialmente nomeada como tal (para isso teria de ser diplomata, o que era uma impossibilidade legal na década de 1960 do século XX em Portugal), o facto é, em si, assaz invulgar. A ligação de Ferreira ao multilateralismo, em especial à sua vertente europeia, antes e depois do 25 de Abril, acentuar-se-á ao ser nomeada Diretora do Serviço de Relações com as Comunidades Europeias na Comissão Interministerial da Cooperação Económica Externa (1970-1975). Após um período como Subdiretora-Geral do Comércio Externo (1975-1978), torna-se Diretora Geral do Secretariado para a Integração Europeia (1978-1980) e, em 1979, vice-presidente da Comissão para a Integração Europeia. Antes de ser nomeada embaixadora, ainda passará pelo governo, como Secretária de Estado do Comércio Externo do IX Governo Constitucional (1983-1985). Curiosamente, apesar da sua experiência considerável, e pioneira, na esfera multilateral, com especial ênfase no processo de integração europeia, é na área bilateral que irá trabalhar quando, finalmente, for nomeada embaixadora. Entre 1988 e 1992, é embaixadora de Portugal em Estocolmo e, em 1993, embaixadora em Tóquio.

Entretanto, as jovens adidas de embaixada do primeiro concurso de acesso à carreira diplomática aberto após a revolução, entradas em 1975 e, numa segunda leva, em 1976, estavam a atingir a posição na carreira que lhes permitia serem escolhidas para chefear uma embaixada, mesmo antes de serem embaixadoras full rank: ministra plenipotenciária. Caberá a Maria do Carmo de Sousa Pinto Allegro de Magalhães completar o trio pioneiro de mulheres embaixadoras de Portugal. Tinha acabado de fazer 50 anos quando, em 26 de janeiro de 1998, é nomeada pelo Presidente Jorge Sampaio chefe de missão da Embaixada de Portugal em Windhoek, com credenciais de embaixadora. Era então ministra

plenipotenciária de 2^a classe. Nascida no Porto, estudara Filologia Germânica, nas Universidades de Lisboa e Coimbra, tendo entrado na carreira em 1976. Na sua primeira comissão de serviço no estrangeiro, em 1978, trabalhara com Maria de Lourdes Pintasilgo na Delegação de Portugal na Unesco, onde mais tarde viria a ser colocada por um período maior. Antes de chegar à Namíbia como chefe de missão, tinha tido já duas colocações em postos bilaterais, nas embaixadas em Paris e em Madrid, além de ter desempenhado funções de chefia na sede do MNE, em Lisboa. Embaixadora de Portugal em Windhoek entre 1998 e 2002, virá ainda a ser novamente nomeada embaixadora, primeiro em Liubliana (2005-2012) e depois em Belgrado (2012). Pelo meio, fora Secretária Geral Adjunta do MNE, em Lisboa (2002-2005). Curiosamente, a sua primeira missão ao estrangeiro em 1978, ainda como terceira-secretária de embaixada, tinha sido junto da primeira embaixadora de Portugal, Maria de Lourdes Pintasilgo, que confessou ter sido a sua mestra na diplomacia. Nenhuma das três primeiras embaixadoras de Portugal, nem mesmo a única diplomata de carreira, era embaixadora full-rank. Seria preciso chegar a 2005 para que as primeiras duas mulheres da geração da revolução atingissem o topo da carreira: Ana Martinho e Margarida Figueiredo. Tal não impedi que o impacto das mulheres na diplomacia da novel democracia portuguesa comeasse a fazer-se sentir, desde a primeira hora, nas relações externas de Portugal, quer a nível bilateral quer a nível multilateral, como noutra ocasião demonstramos (cf. «Diplomacia multilateral no feminino: a geração da revolução»). Algumas delas, invisíveis durante a ditadura, estavam já especialmente bem preparadas para o fazer. A outras foi dada a possibilidade de ir aprendendo o ofício desde os primeiros passos da carreira, antes um exclusivo dos homens. Foi preciso uma revolução para que este trio pioneiro de mulheres pudesse serem embaixadoras de Portugal. Muitas mais se seguiriam.



Helena Pinto Janeiro
Hitoriadora

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A língua portuguesa em Timor-Leste

Resistência, memória e identidade



© Escola Portuguesa de Díli - Ruy Cinatti

Timor-Leste é, sem dúvida, um país singular no seio da lusofonia. A sua juventude enquanto nação independente contrasta com a profundidade da sua história, marcada por lutas, resistências e afirmações identitárias. E, no centro dessa história, encontra-se a língua portuguesa — não apenas como meio de comunicação, mas como símbolo vivo de resistência, de memória e de identidade.

Como Conselheiro da Comunidade Portuguesa neste país do Sudeste Asiático — o mais distante geograficamente de Portugal —, tenho testemunhado, durante 24 anos, a força simbólica que o português carrega. Esta língua, introduzida durante o período colonial, foi muito além do legado histórico: foi mantida viva durante os anos mais sombrios da ocupação indonésia (1975–1999), mesmo quando falar português era



© Escola Portuguesa de Díli - Ruy Cinatti

um ato para castigo, um gesto de revolta ou uma afirmação de pertença a uma identidade que se recusava a desaparecer. Durante esse período, muitos timorenses guardaram a língua como se de um tesouro se tratasse. A Igreja Católica teve um papel fundamental, assim como os movimentos de resistência e os timorenses exilados que, espalhados pelo mundo, continuaram a escrever, a cantar e a rezar em português. Era mais do que falar uma língua estrangeira — era proteger uma parte essencial da sua identidade e alma timorenses.

Acredito que foi por essa razão que, em 2002, logo após a conquista da independência, a decisão de tornar o português uma das línguas oficiais, a par do tétum, foi mais do que política. Foi simbólica. Foi um reencontro com as raízes históricas e culturais, uma forma de honrar os que lutaram e tombaram por um Timor-Leste livre e soberano.

Hoje, o português não é apenas língua oficial. É a ponte que liga Timor-Leste à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), à cooperação com Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. É a língua da investigação científica, da diplomacia e da cultura. A nova Lei de Bases do Ensino Superior, recentemen-

te aprovada pelo Parlamento Nacional, estabelece com clareza o papel central do português como língua de instrução, ensino e investigação. O tétum, claro, acompanha este percurso, como língua de apoio e expressão viva da identidade nacional.

Mas é também verdade que há desafios. Para muitos jovens timorenses, o português é uma língua “estrangeira”, difícil e distante. É essencial que a sua promoção vá para além da sala de aula. O português precisa de ser vivido, sentido, celebrado. Precisa de estar presente na música que se ouve, nos livros que se leem, nos filmes que se veem, nas redes sociais, no dia a dia.

Precisamos de formar novos professores, produzir mais materiais didáticos acessíveis, incentivar projetos culturais e educativos inovadores que aproximem os jovens da língua, sem imposição, mas com criatividade e paixão.

Por outro lado, a adesão de Timor-Leste à ASEAN coloca novos desafios ao desenvolvimento da língua portuguesa, especialmente pela predominância do inglês como língua franca do bloco. No entanto, esta adesão deve ser vista não como um obstáculo, mas como uma ponte estratégica para a



© Escola Portuguesa de Díli - Ruy Cinatti

diplomacia, a afirmação da identidade nacional e a projeção internacional do país. Além de reforçar a soberania cultural timorense, o português abre portas para a cooperação com os países da CPLP, ampliando o alcance geopolítico de Timor-Leste além do Sudeste Asiático.

A comunidade portuguesa em Timor-Leste tem um papel importante a desempenhar neste caminho. A nossa presença deve ser de apoio, de partilha, de escuta. Devemos trabalhar lado a lado com os timorense, conscientes de que a língua que partilhamos é também herança de luta e símbolo de um futuro que se quer plural, livre e de esperança. Devemos contribuir para que possa ser desenvolvida uma política linguís-

tica equilibrada, que valorize o português e promova o multilinguismo, para posicionar Timor-Leste como elo entre o mundo lusófono e a região asiática.

Jamais podemos deixar de ter presente que a língua portuguesa, em Timor-Leste, não é apenas herança colonial — é herança de luta, símbolo de soberania e esperança de futuro. É, como o tema deste artigo afirma, um instrumento de resistência, memória e identidade. Cabe a todos nós, portugueses e timorense, enquanto cidadãos, garantir que ela continue a ser uma ponte entre o passado e o futuro, entre o local e o global, entre o sonho e a realidade de um povo que nunca desistiu de ser livre.



Filipe Silva
Conselheiro das Comunidades Portuguesas em Timor-Leste

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE

S U P L E M E N T O



25 anos da Cívica

Uma História de Compromisso



© Cívica

Senado Francês, 29 de março de 2025

Num dos lugares mais emblemáticos da República Francesa, decorreu a celebração dos 25 anos da associação CIVICA, que reúne eleitos de origem portuguesa em França. Fundada com o objetivo de valorizar a participação cívica e política dos lusodescendentes, a CIVICA afirmou-se, ao longo de um quarto de século, como uma voz respeitada e uma ponte sólida entre França e Portugal.

Este aniversário não foi apenas um momento comemorativo. Foi um verdadeiro congresso de reflexão, memória e

projecção, reunindo decisores políticos, jovens e veteranos do compromisso público, todos animados pelo mesmo espirito: o de servir, representar e transmitir.

Uma manhã de reencontros e homenagens

A jornada teve início com o acolhimento caloroso dos participantes, que se deslocaram para a sala Médicis do Senado. A instalação oficial deu lugar a um momento solene: as alocuções de abertura, proferidas por figuras de relevo tanto da sociedade francesa como da diplomacia portuguesa.

Paulo Marques, Presidente da CIVICA e Vice-presidente da Câmara de Aulnay-sous-Bois, deu as boas-vindas e recordou o percurso da associação desde a sua criação. Seguiram-se as intervenções de José Augusto Duarte, Embaixador de Portugal em França, e de Patrick Karam, Vice-Presidente da Região Île-de-France, que enalteceram o papel da CIVICA como exemplo de integração bem-sucedida e de ativismo cívico.

Memória, diálogo e democracia

A mensagem do Presidente da República

O momento mais aguardado da manhã foi, sem dúvida, a

mensagem gravada do Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, transmitida aos participantes do congresso.

Gravada no dia 24 de março, a sua intervenção foi marcada pela proximidade, pelo humor e pela emoção. Com estas palavras, o Presidente deu o tom de uma intervenção que reconheceu o papel histórico da Cívica, realçando o seu impacto na promoção da cidadania ativa, da diversidade democrática e da coesão entre os dois países.

Relembrou ainda a recente visita de Estado do Presidente



Emmanuel Macron a Portugal, onde ambos destacaram a importância da comunidade luso-francesa como elo de ligação fundamental entre as duas nações.

Num dos momentos mais marcantes da sua mensagem, deixou um apelo direto às novas gerações: motivar os mais jovens a participar, combater a abstenção e renovar o compromisso com a democracia.

Terminou com uma nota de esperança: 'Portugal conta con vosco. E vai contar por muitos, muitos mais aniversários.'

Cívica em ação – A força da representatividade local

Após as alocuções inaugurais, o congresso deu lugar à parte mais institucional da manhã, onde os membros do Conselho de CIVICA tomaram a palavra para traçar o percurso, os valores e os desafios futuros da associação.

Paulo Marques recordou o compromisso fundacional da associação: dar visibilidade e voz aos eleitos de origem portuguesa. Julia Vappereau e Maria de Jesus Carlos destacaram a importância da representatividade equilibrada, da paridade, da renovação geracional e da ação local.



Testemunhos de uma memória viva e de uma juventude consciente

Valérie Terranova, antiga assessora do Presidente Jacques Chirac, iniciou a sua intervenção com uma declaração tocante: 'Quando nos conhecemos, em 2001, a associação era ainda muito pequena. E tu, Paulo, também eras muito jovem. O que vocês se tornaram é simplesmente notável.' Falando com a autoridade de quem passou mais de 20 anos ao serviço da República, alertou para os perigos que hoje ameaçam a democracia, inclusive em França: 'Há vezes cada vez mais fortes a dizer que a democracia talvez

não seja o melhor modelo...' E dirigiu-se diretamente à comunidade luso-descendente: 'Enquanto portugueses, vocês sabem – talvez melhor do que eu – o verdadeiro valor da liberdade e da democracia.'

Fernando Rodrigues evocou o trabalho de memória histórica, com exposições marcantes como 'RESISTIR'. Manuel Aparicio apresentou as ferramentas educativas 'Moi candidat' e 'Manuel, o menino com mãos grandes'. Sacha Marques e Tiago Martins, jovens representantes dos conselhos de jovens, emocionaram a plateia com as suas palavras sobre cidadania e inclusão.



Encerramento institucional

Uma palavra do Estado português

O programa da manhã foi encerrado com a intervenção do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, que destacou o papel essencial da associação Cívica ao longo destas duas décadas e meia.

Enfatizou a ligação da associação com as autarquias portuguesas, o movimento associativo e o Estado português, afirmando: 'A Cívica é, para nós, um parceiro imprescindível. Um exemplo de como a ação política local pode transformar a sociedade e reforçar os laços entre os nossos dois países.'



PASSAGENS

Fernão Mentes? Não, não minto!

Peregrinação, obra pioneira e fundamental



© Vitor Oliveira

Há trinta e tal anos, estando de visita ao Uzebequistão, país da Ásia Central que acabara de obter carta foral da gigante União Soviética recentemente desmantelada, travei conhecimento com um dos autores dos populares guias de viagem da Lonely Planet. John King, caderno de apontamentos na mão, estava no átrio da estação de camionetas de Tashkent, anotando todos os horários de partidas e chegadas. Se matéria tal nunca me despertara interesse, este encontro fortuito levou-me a tomar a decisão: jamais escreveria guias de viagem. Mesmo quando tive de acrescentar esse género de informação aos artigos que redigia, fi-lo sempre a contragosto.

Compilar dados, mais ou menos importantes, para que alguém “seguisse” as minhas peugadas, não era coisa que me entusiasmasse.

King falou-me de si e da mulher que nessa mesma altura “fazia pesquisa” tendo em vista um futuro guia da *Lonely Planet* dedicado a Portugal, nação pela qual John assegurava ter “grande fascínio”. Apercebi-me, também nessa altura, e apesar das palavras simpáticas do inglês, do relativo interesse que suscitava o meu país. Apesar do seu peso de vários séculos de história, só então a editora australiana estava disposta a dedicar-lhe um guia. Editora essa que nunca acertou

nas suas análises históricas a respeito dos países que de, uma forma ou outra, estiveram ligados a Portugal.

Talvez devido à confessa simpatia de King pelo meu país, acedi em dar-lhe informações acerca da zona fronteiriça entre o Turquestão chinês e o agora livre Quirguistão, país onde o autor não tinha posto os pés.

Um mês depois voltei a cruzar-me, já no Cazaquistão, com mais um homem da *Lonely Planet*. Um outro Jonh, mas de apelido Lord e de nacionalidade australiana. Dessa vez forneci informações sobre uma determinada zona longínqua a troco de um seu conhecimento, um funcionário dos serviços de imigração (que por sinal aprendera português em Moscou), que me livrou da alhada em que me tinha metido por ter ultrapassado o limite de dias que o visto cazaque me permitia. Na época de Fernão Mendes Pinto não existiam guias de viagem, nem viagens de recreio organizadas ou por conta própria. Quem partia ia ao desconhecido e frequentemente pagava a ousadez com a própria vida. Vivia-se então a verdadeira época das viagens e das descobertas, com tudo o que isso tem de fascinante e de horrível. Por isso mesmo “desculpo” todas as inexactidões, exageros e até mesmo os cenários e episódios “inventados” por Mendes Pinto com o claro objectivo de enriquecer e tornar mais atractiva e abrangente a sua narrativa. Tal não lhe tira qualquer mérito, pois o viajante de Montemor-o-Velho não foi mais ou menos “inventor” que os seus contemporâneos ou antecessores.

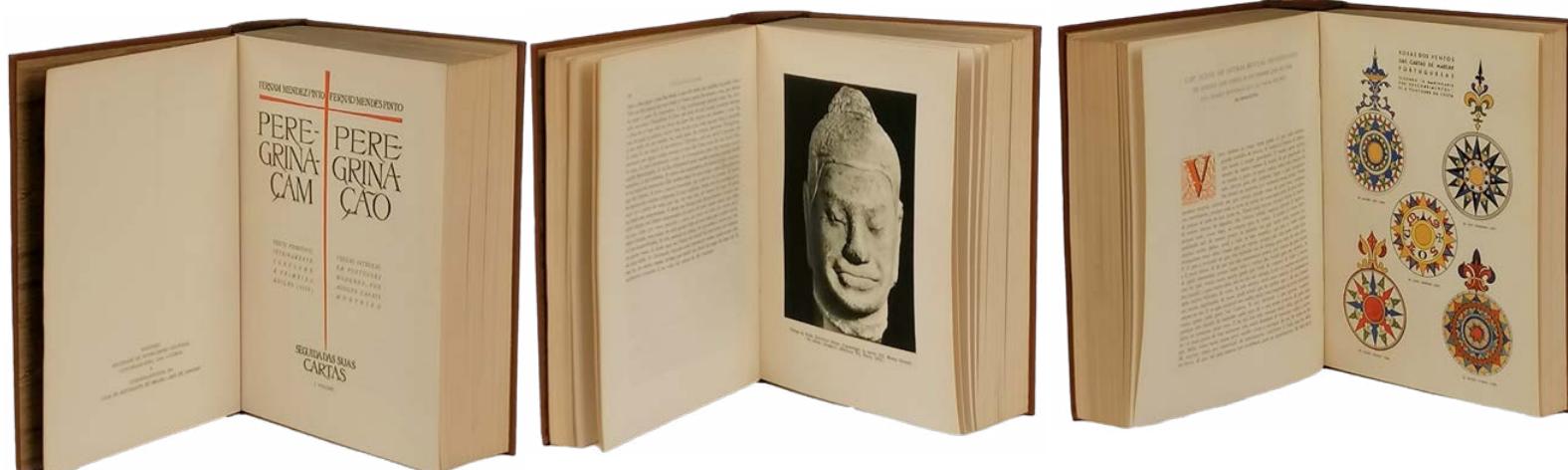
Pude, através de dois livros – um de fotografia e outro de crónicas de viagem – comprovar, através de imagens e de algumas experiências pessoais no terreno, que aquilo que Fernão Mendes Pinto descreve na *Peregrinação* – cujo valor literário como narrativa descriptiva é, em minha opinião, nitidamente superior ao *Il libro di Marco Polo detto Milione* da autoria do famosíssimo mercador veneziano – corresponde a uma realidade que ele, no seu essencial, viveu. Infelizmente, Mendes Pinto não tem ainda o reconhecimento, tanto a nível

nacional como internacional, que merece. Longe disso. Pelo que, se através dos livros mencionados consegui despertar o interesse pela *Peregrinação* e pela ainda praticamente desconhecida gesta portuguesa no Oriente terei conseguido o meu objectivo.

No cômputo geral, *Peregrinação* tem muito mais de verdade do que de fantasia. E quanto mais se investiga sobre a obra, maior crédito se dá às descrições feitas pelo seu autor. Descrições que recriam experiências de dezenas de anos recuperadas através de uma memória prodigiosa.

À semelhança dos viajantes da sua época e também das épocas posteriores, inclusive a presente, Mendes Pinto descreveu muito do que ouviu falar. E soube-o fazer com engenho de mestre. O processo utilizado para registar as memórias assemelha-se ao método de um escritor de viagens da actualidade. No terreno vai anotando o que observa. Sempre que pode adquire livros e mapas relativos à região que visita. Só depois, já em casa, conclui com informação adicional, entretanto ou previamente compilada. Terá sido isso o que mais ou menos fez o nosso Fernão. E nesse sentido há que prestar justa homenagem aos antecessores do aventureiro, seus contemporâneos, em toda Ásia, com particular destaque para a China, país que mais fascínio provocava naquela época. Mendes Pinto certamente baseou muita da sua escrita em relatos do anónimo responsável pela *Enformaçāo da China* e de cativos portugueses que haviam viajado pelo interior da China, caso de Mateus de Brito e Galiote Pereira, autor de *Algumas cousas sobre a China*.

Já em Portugal poderá ter consultado obras como a *História do Descobrimento e Conquista da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda; A Verdadeira Informação do padre Francisco Álvares; Comentários de Brás de Albuquerque; a Ásia - Década III de João de Barros; o Tratado das Cousas de China do frade dominicano Gaspar da Cruz, assim como os mapas do cartógrafo Luís Jorge de Barbuda.





© Vitor Oliveira

Como escreve o historiador Rui Manuel Loureiro: “a obra do célebre andarilho, apesar de se basear num larga e comprovada experiência oriental, ultrapassa a mera recompilação de factos vividos, para se transformar numa ambiciosa síntese da outra face da expansão portuguesa na Ásia”.

É precisamente essa faceta de homiziado, o carácter privado de quem actuava à margem dos desígnios da Coroa, aquilo que mais me seduz na figura de Fernão Mendes Pinto.

Rui Manuel Loureiro, ainda a este respeito, acrescenta que “muitos dos episódios incluídos na *Peregrinação* retratam as andanças dos homens que viviam na periferia do Estado da Índia, dedicando-se a actividades que escapavam à observação dos cronistas oficiais e oficiosos”.

Nesse sentido poder-se-á afirmar que a *Peregrinação* é um obra independente, corajosa, fruto de iniciativa individual de

alguém que soube escrever nas entrelinhas, e não um mero relato sem muita opinião formada destinado a dar conta da situação vivida junto de uma determinada congregação ou paço real, como era o caso da maioria dos manuscritos da época. A *Peregrinação* vem suprir uma lacuna na literatura de Quinhentos, e é, pela sua audácia e vivacidade descriptiva, uma obra única.

Por essa razão considero de somenos importância as dúvidas que pairam sobre o facto de Mendes Pinto ter ou não integrado o grupo dos primeiros portugueses que visitaram o Japão (que lá esteve está comprovado), ou da certeza que se tem do seu relato estar, em muitas situações, desenquadrado de uma geografia real, ou ainda a dúvida que prevalece no que respeita às viagens costeiras a norte de Ningpo, “por mares que nunca até então portugueses tinham visto ou navegado”,

e às deambulações pelo interior da China rumo a Pequim e à Tartária. Embora provavelmente nunca tenha atingido tal latitude, a verdade é que muitas das notícias que Mendes Pinto nos transmite estão muito bem documentadas e descritas, o que só pode ser fruto de leituras e informações recolhidas junto de outros viajantes.

Sobre esta matéria, para reflexão, ficam as palavras do jornalista Fernando Correia da Silva: “a mentira menor e aparente, pode ser um dos caminhos para a verdade maior e oculta” e “nem sempre a mentira é o oposto da verdade, pode ser até o seu mais precioso instrumento”.

Nas obras que publiquei sobre o assunto tentei abranger a maior diversidade possível de realidades geográficas, étnicas, culturais e religiosas, mesmo que elas não tenham feito parte da viagem vivida, sendo certo que integraram a viagem contada. Fi-lo para que esses trabalhos não se esgotassem numa simples imaginaria, e fossem também, e sobretudo, uma caixa de surpresas.

Há um ditado chinês que diz o seguinte: “se um forasteiro passar um dia na China escreve um tratado. Se alongar a estadia por uma semana compõe um artigo. Se ficar um mês redige uma página de um caderno. Se aí permanecer mais de um mês, inevitavelmente parte a caneta”. Ainda em Malaca, e após o seu regresso a Portugal, Mendes Pinto manteve-se fiel a essa máxima, recusando-se a falar gratuitamente sobre que vira, pois dissertar sobre a terra da China “seria um processo quase infinito” como escrevia ele numa carta datada de 1554. Ou seja, durante muitos anos Mendes Pinto sabiamente “partiu a caneta”. A informação que guardava só seria revelada em 1582, quando o livro estava praticamente concluído. Um ano depois Mendes Pinto morre. Havia cinco anos que D. Sebastião tinha desaparecido em Alcácer Quibir e há três anos que o próprio Portugal deixara de o ser. Seguir-se-ia o domínio dos Filipes de Espanha com os inimigos desta a passarem a ser inimigos nossos. Portugal jamais seria o mesmo.

Fernão Mendes Pinto começou a escrever a *Peregrinação* em 1560 e deu-a por concluída em 1580. Entre a morte do autor, em 1583, e a edição da obra, em 1614, decorreram 31 anos, embora já em 1603, depois de passada a pente fino, houves-

se licença para a sua edição. Pressupõe-se que Francisco de Andrade, cronista-mor do ainda chamado Reino de Portugal, tenha demorado 10 anos a tomar o peso de cada uma das suas palavras e a castrar os parágrafos mais rudes para não ferir as susceptibilidades do monarca espanhol e dos novos inquilinos do Santo Ofício.

Não nos esqueçamos que a obra do aventureiro português é, sobretudo, um romance de crítica à sociedade do seu tempo que denuncia a hipocrisia, a falsa religiosidade e todo o tipo de atrocidades. Se calhar por essa razão ficou tanto tempo à espera de vez.

Infelizmente, ainda hoje certos temas, escritos e ilustrados, relativos a realidades que têm a ver com a nossa história ficam encalhados, à espera de um “buraco”, nas redacções de revistas conceituadas onde agora dita regras um novo escol de cínicos inquisidores. Falo com conhecimento de causa. Poderia falar de informação em primeira mão acerca do legado português em todo o Golfo Pérsico ou da usurpação pelos holandeses do legado português deixado em Nagasáqui. Graças à apertada guarda destes novos zelotas, os portugueses continuam praticamente analfabetos no que ao período mais fértil da sua História diz respeito. E também é verdade que para alterar essa situação o Estado pouco ou nada tem feito. A *Peregrinação*, servida como um romance de aventuras, deveria ser ensinada nos bancos da escola. Quanto às tradicionais viagens de finalistas dos estudantes do secundário, deveriam incluir visitas a pelo menos um dos países visitados por Fernão Mendes Pinto. Certamente que em menos de uma geração aumentaria a auto estima nacional.

“Tudo tem o seu Avesso”, disse um dia Sá de Miranda. Mendes Pinto, que era acima de tudo um humanista, soube, como poucos, mostrar o Avesso desse Tudo. O Tudo que se conhecia na época em que viveu.

A *Peregrinação*, que é também um produto da faceta dos lançados no Oriente – esse Avesso por revelar de um Tudo já ele mal revelado – continuar a ser uma obra praticamente desconhecida, mesmo entre os compatriotas de quem a escreveu. Mas é uma obra que deve ser lida. Absolutamente. E mais do que uma só vez.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Elizabeth Casqueiro

Website oficial

Facebook

Instagram



Elizabeth Casqueiro é uma artista plástica fascinada pela interação complexa entre a natureza e o ambiente construído, e pelos significados inerentes nesta conexão. A sua obra artística explora, através de uma definição expansiva da pintura, as formas em que estes dois meios se cruzam, moldando os lugares que habitamos, as experiências que neles temos e as pessoas que nos tornamos.

Influenciada pelo seu passado em arquitetura, a sua herança portuguesa, e as memórias de uma infância rodeada de flores e padrões, ela usa a linguagem da cor, dos materiais e do simbolismo para refletir sobre a experiência humana.

Com exposições coletivas e individuais nos Estados Unidos e na Europa, recebeu numerosos prémios, entre outros, a Bienal de Londres, a DC Arts and Humanities, e a Maryland State Arts Council.

Nasceu no Reino Unido, com 1 ano de idade foi para Portugal, era para ter sido economista, pela vontade do seu pai, (que não era a sua), acabou por se matricular em arquitetura, mas acabou por causa da agitação de 1974 por viajar para os Estados Unidos, para ver se a situação acalmava, mas acabou por ficar. Como foi essa nova vida sozinha, num novo país?

Quando saí de Portugal sozinha aos 23 anos para explorar oportunidades nos Estados Unidos, foi com um sentimento de pena de deixar para trás família, amigos, e país. Mas em Portugal nessa altura não havia oportunidade de continuar com os meus estudos em arquitetura, visto a faculdade ter fechado com a agitação do 25 de Abril, e o setor de trabalho estava muito difícil. Por isso lancei-me num futuro incerto, mas prometedor, com o âmbito de voltar em breve com os estudos acabados.

Vim a descobrir um mundo aberto, carinhoso, convidativo, e pronto a dar uma mão a uma jovem estrangeira motivada e disposta a trabalhar. Nunca me esquecerei das pessoas que me ajudaram nesses primeiros anos, como a família americana com quem tinha vivido aos 18 anos como bolseira do American Field Service que me deu guarida e apoio, o gerente do FMI que me ofereceu uma posição administrativa com visto diplo-

mático, o arquiteto que me deu o primeiro emprego part-time em arquitetura e obteve o meu visto permanente de trabalho (“green card”), o reitor da Universidade Católica que me aceitou no programa de Mestrado de Arquitetura sem eu ter cumprido todos os requisitos, e tantos outros. Embora as saudades fossem muitas nesses primeiros anos, nunca mais voltei a viver em Portugal, porque a vida tinha outros planos para mim.

Trabalhou durante muitos anos em arquitetura em diferentes países. Como foi essa experiência profissional?

Tive a sorte de viver em três cidades (Lisboa, Washington, e Londres) e trabalhar em projetos em mais de 50 países. Desenvolvi uma flexibilidade na forma de trabalhar, uma capacidade de adaptação a culturas diferentes, e uma apreciação pelas tradições estéticas e urbanas de cada país. Reconheci que o espírito e o trajeto humano se descobre através das artes e da arquitetura que deixamos para trás. Mas mais importante, aprendi que somos uma comunidade global com as mesmas emoções e preocupações básicas, e que a nossa sobrevivência como espécie humana depende da nossa capacidade de união, de elevarmos uns aos outros, e de reconhecermos a beleza que existe em cada um de nós.

Qual é a sua maior paixão? A arquitetura ou a pintura? Há pontos comuns, para além do desenho e da criatividade?

Adoro arquitetura e tenho muito orgulho em ter praticado a profissão. Mas, na verdade, a minha paixão maior sempre foi o ramo das artes. Se me pergunta-

rem por que eu diria que as artes, especificamente as artes plásticas, oferecem uma liberdade de expressão e um resultado imediato que não existe em arquitetura. Em termos de pontos comuns (para além do desenho e da criatividade), tanto a arquitetura como as artes plásticas requerem uma audiência para a sua realização. Ambas práticas abrem portas para novas





experiências e formas de ver. Nas duas instâncias, existem relações com matemática, poesia, e música.

Sempre desenhou e pintou ao longo da sua vida e já tinha como objetivo dedicar-se a tempo inteiro às artes plásticas. O que sentiu nos primeiros dias em que estava finalmente livre para pintar?

Quando me reformei do Banco Mundial, resolvi dedicar-me a tempo inteiro às artes. Nesses primeiros dias, foi uma sensação de alívio que agora tinha o tempo e os recursos para realizar este sonho. No entanto, logo vim a perceber que estava a embarcar numa nova carreira, e que teria de trabalhar muito e estudar ainda mais se quisesse saltar do passatempo à prática profissional. Decidi tomar o desafio a sério.

Quais foram as suas maiores influências nas artes?

Alguns pintores que mais me influenciaram são Henri Matisse, Willem de Kooning, Georges Braque, Robert Rauschenberg, Júlio Pomar, R. B. Kitaj, Helen Frankenthaler, e Julie Mehretu. As artes urbanas, como o *grafitti*, também me inspiram em termos do impacto visual, da emotividade e da natureza gestual.

Sabemos que trouxe da arquitetura o foco e a organização. Como é o seu processo de pintura?

O meu processo de pintura é bastante intuitivo. Não planeio muito o que vou fazer. Muitas vezes começo passando tinta colorida muito aguada sobre a tela, sem nenhuma ideia em mente. As formas produzidas dão-me pistas para o que se segue. E assim inicia-se um diálogo entre mim e quadro, uma conversa constante que muda de rumo com cada pincelada. O trabalho final é sempre uma surpresa.



Há mais oportunidades para os artistas plásticos nos Estados Unidos em relação a Portugal? É mais fácil o seu sucesso?

Em termos de oportunidade para exposições, penso que existem mais oportunidade nos Estados Unidos para os artistas concorrerem a chamadas, concursos e bolsas. Há também o mundo das galerias, mas o número e qualidade depende das cidades. Por exemplo, em Nova Iorque existem imensas galerias ótimas, mas a competição para entrar é também imensa. Em Washington DC existem poucas galerias, e nenhuma delas é de primeira categoria.

Mas em termos de mercado de compra, realmente não sei onde há mais procura. Nos Estados Unidos pas-

sámos uma fase em que havia muitos colecionadores dispostos a pagar por arte original. Atualmente, as pessoas preferem gastar dinheiro noutras coisas. Além disso, os colecionadores mais sérios costumam comprar diretamente dos centros de arte conhecidos (Nova Iorque, Londres, Berlim), em vez dos mercados secundários.

Está nos seus planos o regresso a Portugal?

Penso que já não regressarei permanentemente a Portugal. Tenho filhos e netos espalhados pelos Estados Unidos e o meu marido é americano. Mas tenho casa em Portugal onde passo tempo todos os anos, gozando da companhia dos meus irmãos e amigos de liceu,



matando saudades e desfrutando das muitas qualidades que o nosso país oferece.

Pode-nos revelar alguns dos projetos para 2025?

Este ano de 2025 tem sido, e vai continuar a ser, bastante ativo para mim. No total terei pelo menos três exposições em Washington e em Maryland, duas delas individuais. Uma das exposições individuais será um desvio para mim, pois consiste em painéis múltiplos de pano solto de grande dimensão, pin-

tados dos dois lados, que fazem alusão à polarização sociopolítica que existe hoje nos Estados Unidos.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Ser artista é uma forma especial de ver o mundo e de sentir. Ser artista é ter o dom e o privilégio de elevar o nosso mundo através da beleza, da emoção e do significado do nosso trabalho. Ser artista é reconhecer e dar asas a este espírito criativo com que nascemos.

| AMBIENTE

Laudato Si'

O Legado do Papa Francisco

“Tudo está conectado” - A frase carregada de simbolismo que ressalta das 180 páginas da encíclica Laudato Si’.

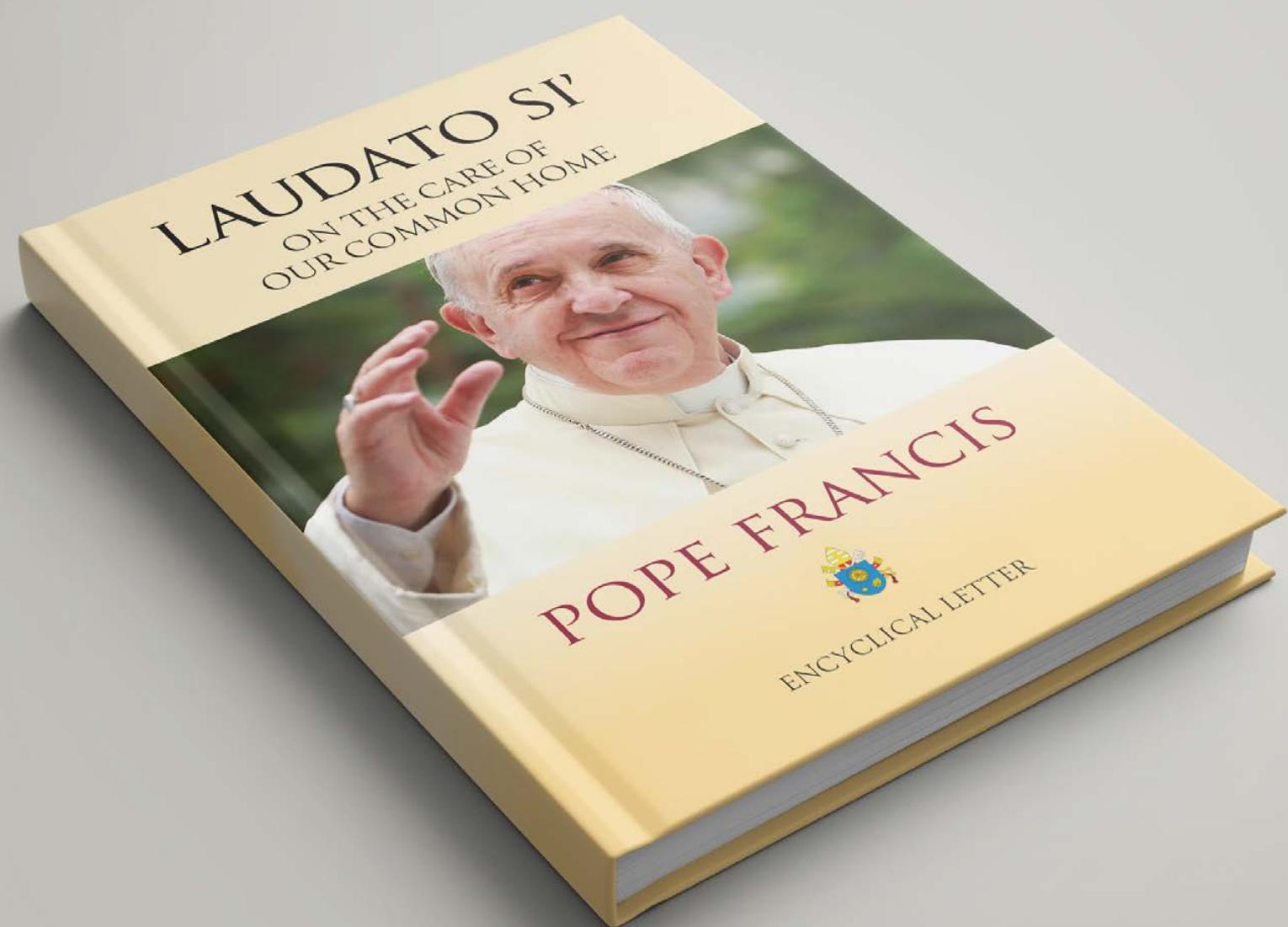
Inspirada no Cântico das Criaturas de São Francisco de Assis, a encíclica Laudato Si’ é, *per se*, em termos de preocupação com as questões ambientais, o grande legado do Papa Francisco ao mundo. Todavia, importa ressalvar que, tendo sido esta encíclica um marco importante do seu legado, outros momentos houve em que a questão ambiental e de comunhão dos seres humanos com a natureza estiveram presentes nas suas intervenções.

Para o Papa Francisco, existe uma clara interligação entre a crise ecológica, a crise social

e a crise espiritual e de valores. E, nesse sentido, não basta plantar árvores ou reduzir emissões poluentes. Urge uma nova visão sobre o mundo, menos consumista, mais cuidadora; uma visão onde a tecnologia esteja ao serviço da vida, sem se sobrepor e destruir os seres vivos e a natureza. A encíclica Laudato Si’ é uma prece urgente, um grito que alerta para a grave crise ecológica e de valores humanos que atravessamos na actualida-

de. Nela, o Papa Francisco criticou o modelo económico vigente, direcionado para o lucro fácil e rápido, com total desprezo pelo bem comum e pela comunhão com a natureza. Do seu ponto de vista, vivemos num mundo onde prolifera uma mentalidade assente no descarte, não só de objectos, mas também de pessoas. Vivemos num mundo onde os mais pobres são as primeiras vítimas das consequências da degradação ambiental, ainda





que tenham sido os que menos para ela contribuíram. Sem propor soluções rápidas e milagrosas para a nossa casa comum, a encíclica Laudato Si', apresenta uma visão transformadora que congrega as questões ambientais com a justiça social, assentes numa política que procura o bem comum e numa economia de respeito profundo pelos limites do planeta Terra. O Papa Francisco pede, acima de tudo, um estilo de vida mais simples e mais humano.

Ao longo do texto, a linguagem utilizada é simultaneamente poética e contemplativa, racional e afectiva. O Papa Francisco escreve com a simplicidade de um pastor, mas também com a lucidez de um profeta. O seu objectivo é claro: o mundo precisa reencontrar a harmonia perdida entre o humano, o divino e o natural.

Laudato Si' é, pois, um guia num tempo de incertezas. Um guia que aponta caminhos na defesa do ambiente e da sus-



tentabilidade. Um guia que lança alertas sobre a finitude dos recursos e a sua sobreexploração, assim como alerta para a necessidade de se frear o consumo exagerado e faz um apelo à adopção de um modo de vida mais frugal.

A encíclica “Laudato Si’ - Cuidar da nossa Casa Comum” foi

publicada em Maio de 2015 pelo Papa Francisco, que faleceu 10 anos depois, aos 88 anos, um dia depois da celebração da Pascoa de 2025. O Vaticano está de “sede vacante” até à eleição de um novo Papa. Todavia, o exemplo e a obra de Francisco, esses, ficarão para a eternidade.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

LUSO-CRIANÇA

Sugestões de leitura

Olá meninas e meninos,

Estamos na primavera e vemos o mundo a renovar-se e a abrir-se à nossa volta ... entre flores, capins-azuis, arco-íris e cravos, deixamo-nos levar de foguetão até ao mundo encantado dos livros. E, assim sendo, hoje venho falar-vos de livros. Dar-vos algumas ideias de leituras. Há livros para todos os gostos. Há livros de reis, de rainhas, de príncipes e de princesas, de fadas, duendes e super-heróis fantásticos e de bruxas fantasmagóricas. E há também livros em que o herói podes ser tu, em que há meninos e meninas como tu, e histórias de famílias como a tua, e histórias que falam de emoções (que também podes sentir), e de situações que se calhar já viveste e com a qual te identificas. Portanto, nos livros nós podemos ter tudo. Coisas reais, coisas de ficção e fantasia, coisas imaginárias ou coisas com as quais achamos que podem ser mesmo reais. E hoje eu trago-vos algumas sugestões de livros. Sim, são só sugestões porque depois a decisão final da escolha dos livros é sempre vossa. Não se esqueçam que podem pedir aos vossos pais/famílias para comprarem os livros ou, também, podem ir a bibliotecas lê-los e requisitá-los para levarem para vossa casa, emprestados. Assim sendo, aqui se segue uma lista com algumas sugestões de leituras para vocês:

“O peso das palavras” de Luísa Sobral, que nos fala da importância das nossas palavras, daquilo que dizemos e como dizemos que pode transformar o dia, ou até a vida, de uma pessoa, par a o bem e para o mal, as palavras que dizemos são muito importantes.

“Uma mão cheia” de Pedro Seromenho, que fala da imaginação e da criatividade que as crianças têm, que pode ser ter um amigo imaginário ou, neste caso, levar “coisas” (imaginárias) na mão, para a escola, para se sentirem mais seguros e confiantes. “O mundo é a nossa casa / Le monde est notre maison” de Mariana Mendes, um livro bilingue (português/francês) que fala sobre uns meninos que foram morar para outro país quando eram ainda pequenos e como estes se sen-

tiram num sítio diferente, com uma língua diferente e o que fizeram para ultrapassar certas “barreiras”.

“A trompa dourada do elefante gigante” de Carlos Nuno Granja, que fala sobre o valor da amizade e também nos mostra que a nossa forma física não importa, o que importa é o nosso coração e o amor que temos dentro dele.

“Ana centopeia” de Cláudia Nina, este livro é uma adaptação de um livro de adultos que se chama “Metamorfose”, do autor Franz Kafka e, esta autora, mostra-nos que por vezes temos que nos desfazer do que temos a mais e distribuí-las por quem precisa mais do que nós.

“Malvico Sarapico – o Duende Mafarrico” de Dina Sachse que nos fala de que todos somos diferentes, mas isso é uma coisa boa e não uma coisa má, a ilustração também nos mostra essa diferença se reparares bem nos pormenores de todas as personagens (repara como elas são diferentes e como se parecem connosco). “A casa do João” de João Manuel Ribeiro, aqui podes encontrar poemas muito engraçados, explorando sons diversos, e palavras super divertidas.

“Abutre vaidoso” de Katia Casimiro, um livro sobre a vaidade e a humildade, para ler e ouvir (este livro vem com um cd com a história contada).

“No meu bairro” de Lúcia Vicente, um livro de poemas que abordam temas como o racismo, a identidade, a religião, o bullying, o ativismo. Coleção “As mulheres e a República” de Rosabela Afonso, uma coleção de 6 livros que falam cada um deles sobre uma mulher que teve um papel extremamente importante na sociedade portuguesa. “O sol à noite não desenha” de Adélia Carvalho, que nos coloca a imaginação dentro de um museu e o que podemos ver para lá da nossa “janela”.

“Acho que posso ajudar” de David Machado e Mafalda Millhôes, que nos explica que cada um de nós pode sempre ajudar com alguma coisa, e que cada um de nós pode fazer a diferença. E muitas mais sugestões vos poderia dar, mas talvez fique para um próximo artigo.

Até já e boa viagem pelo mundo encantado dos livros.



Sara Nogueira

Mediadora de Leitura/Autora do projeto Literanto



| TRADIÇÕES LUSAS

Chourica de baca mirandesa

fumeiro relegado que merece la perpetuidade
antroito

Enchido desconsiderado pelas histórias tão arrevesadas da nossa cultura gastronómica, fumeiro também proscrito pelos ganhos espontâneos da tradição porcina, tantas vezes tratado com avergonhado desprezo e como bem de amargas penúrias (...) fumeiro excluído das lembranças de muitos de nós, mirandeses ou não, desde sempre arredado da mais pequena disputa técnico-científica, além de banido dos cardápios nutricionistas e silenciado pelos [nossos] relatores livreiros, enfim, tão-só falar dele é a naturalidade de um tributo à comemoração de algo excluso que – em conjunto e de juízo – merece la perpetuidade.

Naquele tempo

E não vão assim lá tantos anos como isso!

La Tierra de dues lhénguas, Terras de Miranda, foi terra dada ao saibo conhecimento dos citadinos e de outros vileiros muito pelos nacos de chicha de baca mirandesa servi-

dos de feira em feira às mãos da Ti Gabrila, transpostos em «posta» para o restaurante a que lhe deu sobejó nome — o Restaurante Gabriela, an Sendin. Siempre cul fumeiro a las carrancholas. Já lá vai para [quase] uma centena de anos! A minha vénia de saudação! Naquele tempo (...) no Praino gadeario e cerealífero desde sempre, até ao desespero dos surtos de peste suína africana (que terá sido «aquando da entrada ao serviço da barragem de Picote», mais ou menos a partir do fim dos anos cinquenta do século XX — ajeita a conversa o Tiu Ángelo Arribas que ali foi despenseiro até ao ano dois mil e um) — e da alteração [muito significativa] dos regimes alimentares porcinos mais corriqueiros e consequente introdução de raças forasteiras (inglesas, dinamarquesas, belgas, até americanas)... para alhá de las muitas abes de palumbar i dls passaricos que não entram nestas contas sumárias, perus de coanheiro e parrecos de chafurdar nas lameirotas, galinhas de poleiro e pitas de rua à fartura, além das canhonas churras de percurso em pousios de guarda e de cata aos restolhos, chibada da ruça só lá mais prás arribas i buonas bacas nos lameiros do fundo dos povos e não muito longe das currala-



das, animais que compunham no seu todo a família pecuária e a despesa alimentar do mirandês... naquele tempo (...) dos benditos cochinos!, por aqui, no Praino Mirandés, só abundavam em chiqueiro à beira de casa e de rara vezreira os bísaros transmontanos – dos gallegos, molarinhos aos cerdões – porque estes recos de chichas de ir ao fumo e à salga, ao que asseguravam alguns técnicos que por cá foram arraiando, medravam pouco e a seu tempo, e o povo sempre desconfiou de esmolas fartas (!)

O texto L pildracho
de Amadeu Ferreira [1950-2015]

Anotações, memórias e estórias da outra história

«(...) Por esta altura de 1 anho, muito se fala del i mais se come. Stou a falar de 1 fumeiro. I hoije, quando se fala de fumeiro, ye an cochino que pensamos lhougo, feito chouriços, chouriças

diga-se que a nomeada de ‘chouriça’, no Nordeste Transmontano e por muitas das borralhadas de Trás-os-Montes e Alto Douro, popularmente e noutros tempos ainda bem próximos à memória dos mais velhos, tinha condutas de atribuição aos ‘chouriços’ mais adelgaçados que os seus «irmãos», aos mais enfezados e apequenados, aprontados em tripa de canhono, cabra velha, ou – para outros – quando ensacados em formato da sefardi ferradura (porque os de feitio aprumado, mais bárbaros, como os salpicões mais estreitados, eram sempre ‘chouriços’)

bulhos ou botielhos, bochas, morcietas, chabianos i outras cousas que, andrento la tripa, se cúran cun buona çuça al aire de 1 lhume. Dízen que siempre fui la chicha mais apreciada pula nuossa giente, que inda hoije ten 1 dito: “De las abes, 1 paçpalhaç; mas se 1 cochino bolasse, nun habie abe que le ganhasse”. Mas ye doutro fumeiro que bou a falar, tan amportante cumo aquel, 1 fumeiro de baca. Yá nun se bei, mas era tan amportante cumo 1 de cochino, talbeç até mais. [...] Na Eidade Média, dízen ls storiadores de l’alimentacion, era uns de ls percipales quemidos de chicha de las classes mais probes. Yá ne tiempo de Roma assi era puis Apicius, que screbiu sobre la mesa de ls nobres romanos, nin ua receita de chicha de baca mos deixou. [...] La questume assi se mantubo, que seia de miu coincimiento, até hai uns trinta ou quarenta anhos atrás. An mie casa inda quemí muito fumeiro de baca i assi era nas outras casas cumo la mie (...)

... “Ainda me recordo de uns bons vareiros deles ao borralho lá de casa! (...) também de chouriças de baca e nembras (...) daquelas, chouriças de vaca!, talvez fossem as últimas...!” — Se bem o entendi naquele almoço mogadourense de apresentação ao seu romance *La Bouba de la Tenerie/Tempo de Fogo* (de 22 de Outubro de 2011), Amadeu reportava-se ao inverno de 1972 que lhe marcou a saída (forçada) do seminário de Bragança aos vinte e dois anos, pouco antes de assentar praça na Escola Prática de Infantaria em Mafra...

Recuando no tempo, em redor da busca às ocorrências d’outras histórias

Homero, aedo de míticas peripécias, poeta reconhecido nos meios do intelecto da época como a personificação da consciência colectiva dos grandes escritores da Antiguidade, in 'Odisseia' [provavelmente] do século IX a.C., na historicidade dos alimentários destes saberes terá escrito aquela que muitos «de nós» admitem como sendo a primeira das primeiras referências [escrita] a um enchido: à "morcela", escura, [mauricellus?!], enhouriçada em tripa de cabra velha (o mais presumível!), recheada de sangue e gorduras (de porco?, o mais certo!), para levar ao fogo. Faz quase três mil anos. No entanto, também é bem capaz de ser verdade que os antigos egípcios dos sucessivos complexos piramidais, procriadores de argutas tecnologias [a exploração do sal ou a indústria do papel] e de hábitos alimentares [o consumo do alho] que ainda hoje perduram, uns séculos antes das odisseias daquele homérico poeta da Grécia Antiga (que ninguém sabe lá muito bem quando e onde nasceu) já aprofitassem o sangue da degola de alguns animais sacrificados (principalmente de bois e carneiros) para fabricarem uma espécie de chourizo de apoio à alimentação dos escravos. Talvez! São vários os egíptólogos que o insinuam e dão corpo a este argumento. Ainda da Antiga Grécia, Epicarmo de Megara [eventualmente] da hipocrática ilha de Kos mas com vida feita na colónia grega da siciliana Siracusa, o poeta parodiante, discípulo de Pitágoras, por volta do ano de 500 a.C. escreveu uma comédia intitulada *Orya* — palavra que quererá dizer qualquer coisa similar com "linguiça" (ou com a "luz de Deus"? em registos hebraicos). Parece que no livro XVIII desta obra de arremedos e chacotas à realidade quotidiana se fala efusivamente de um tipo de chouriças de

sangue preparadas nas tripas de bode, enchidas com pão e gorduras, para colocar à beira do fogo. Parece!

Aí pelo século IV/V. a.C., talvez no fim do primeiro quartel

Aristófanes, ateniense, também dramaturgo e comediante deveras sarcástico, na obra 'Os Cavaleiros', fala-nos sorrateiramente de uma «tábua» de enchidos pelas mãos do ditoso "chouriceiro" Agorácrito. Por sua vez, Petronius, conselheiro do enigmático Nero e mestre na prosa satírica, pouco tempo depois das excentricidades epicuristas de Marcus Gavius Apicius, já pelo ano 60 d.C., no mundano *Satyricon* [Project Gutenberg release #5225], ao encenar e ridicularizar o banquete de Trimalchion, descreve-nos umas suculentas "linguiças" porcinas que fumegavam numa churrasqueira de prata. Verseja mais ou menos assim

"o cozinheiro colocou o avental, pegou na faca e com a mão trémula deu vários cortes na barriga do porco; logo depois, pelas perfurações alargadas com habilidade, começaram a sair, devido à inclinação, porções de chouriços e linguiças..."

Eram enchidos «salsicheiros» já populares à época que Constantino I — o hagiografado de 'Grande' pelos seus admiradores, pelo século III/IV — haveria de proibir às mesas do império, logo depois de convertido ao Cristianismo que ainda não se achegara a Trás-os-Montes.

A história dos alimentos sempre marchou ao lado das estórias das religiões...



A confirmar estas e posteriores anotações (outros dos aspectos convincentes à argumentação), além das opiniões «apicianas» de Amadeu Ferreira, vale mesmo a pena a leitura às obras «gastronómicas» de Inês de Ornellas e Castro — que vão do gosto imperial romano ao consumo do porco e do javali na antiguidade tardia.

O fumeiro, e a arte da charcutaria

Em resumo aos abreviados comentários destas histórias, a outras conversas que se imaginem, às leituras propostas e ao que aqueles príncipes da comédia e poetas da filosofia terão escrito, é possível decidir-se pela conclusão que a “arte da charcutaria” já como «indústria» organizada — a família alimentar que incluiu os [nossos] enchidos fumados, essencialmente de carnes de porco mas que não exclui outras (de galináceos, caça miúda, caprinos, ovinos e bovinos) — sendo muito popular durante o império romano, uma aprendizagem que se julga ter sido adquirida junto dos lucani (lucanianos) [tribo itálica da região de Basilicata, antiga Lucânia] durante as alianças suportadas com a Roma do século III a.C., complementada pela tecnologia mais amodernada e expedita dos éduos [povo gaulês de origem celta que habitou a actual Borgonha], após o imperador Cláudio lhes conceder a cidadania romana, só no século XII/XIII com a dinâmica da Reconquista Cristã chegou de assento à Península Ibérica. E popularizou-se por toda a Europa cristianizada apenas no decorrer dos séculos XV/XVI, quando (mesmo que para o caso isso pouco possa interessar) a diáspora judaica desenvolveu a marcante indústria dos curtumes da lã de ovelhas e peles de animais [la tenerie] ... em Sendim.

Outros informantes e memoriais

Ao longo dos anos foram várias as oportunidades de conversa em puxa palavra com mirandeses de acesas paixões e memórias afins que bem atestam costumes alimentares como este, e melhor os recordavam, quer à mesa dos seus antepassados quer nas cestas ainda repletas de recordações. Entre eles, relembo l nuoso amigo, Tiu Ángelo Arribas, que yá lieba mais d'uitenta anhos arriba, monumento vivo do património imaterial da Terra de Miranda, aluno pauliteiro do memorioso padre António Maria Mourinho, iniciado muito cedo no contrabando da sobrevivência e como guardador de gado (...) construtor de gaitas-de-fole e exímio gaiteiro, faieteiro, mestre tamborileiro, prosador nascido na Freixenosa

quando a iniciar-se no lado de lá uma tal guerra civil mais bárbara do que bélica, i tantas cousas mais

o Zé Raposo [José dos Anjos Raposo] lançado ao mundo em Duas Igrejas pelo ano de 1949, colega sénior de lutas académicas, engenheiro agrónomo de raras paixões, investigador até há bem pouco tempo no Centro de Estudos de Pedologia do Instituto de Investigação Científica Tropical, em Lisboa, que me deu a conhecer nos idos anos de oitenta — aquando das múltiplas viagens ao Planalto para acompanhar os trabalhos de campo no âmbito do ‘programa de calagem, fertilização e forragens’ do Ministério da Agricultura — não só o Museu da Terra de Miranda como a afabilidade e os pretextos do seu fundador, o embaixador dos colóquios dançantes, o profeta da língua mirandesa, António Maria Mourinho [1917-1996], a genialidade do gaiteiro Tiu Ernesto Bartolo [1915-2009], ou da pandorga primaveril na sua Dues Eigrejas (...) Domingos Abílio Gomes, também Raposo de sobrenome a evocar as virtudes que lhe atribuem os xamanistas da noite lisboeta, natural de Malhadas, também historiador notável dos saberes da sua terra, porsor pioneiro i specialista an lhéngua mirandesa (...) Domingos Alfredo Amaro, outro agrónomo naturo guardião, outro ambientalista dos comeires e pregador das boas beberagens, versado em extensão rural, inegável dinamizador da DOP «Carne Mirandesa» e do Parque Natural Douro Internacional, a quem devo o conhecimento do poeta de L Ancanto de las Arribas de l Douro (...) Balbina Mendes, também de Malhadas, pintora de gestos e maestrina da preservação da memória cultural transmontana (...) Carlos Ferreira, irmão de Amadeu, também ele escritor de ‘cuntas que me cuntórum’, professor e especialista em língua mirandesa, escultor, mascareto, conversador de sorrisos, que escreveu numa das páginas do seu livro Sendin – Tierra de Miranda, geografia e toponímia

«(...) ainda me lembro de ser feito ao mesmo tempo que o fumeiro de porco, e com a mesma cuça, pelo menos tanto como o de porco, fumeiro de carne de vaca, nomeadamente, chouriças de baca, nembras (chouriças feitas com tendões) e costielhas de baca fumadas (...)»

(...) M^a Isabel Moreno Escudeiro, mulhier de l praino, transmontana de corpo e mirandesa d’alma, com memórias comunitárias de São Martinho de Angueira e da excêntrica Romaria de Nossa Senhora do Nazo, médica veterinária rendida à plenitude das ruralidades e que sempre tratou a pecuá-



ria mirandesa como a aristocracia das raças portuguesas (...) uma infindável prole de memórias mirandesas (...) ó rondar pula Rezosa an Fuonte Aldé, Fiêsta de la Gaita de Fuôlhes de La Pruoba, na Festa do Carocho e da Velha de Constantim ou na de Ano Novo de Vila Chã da Braciosa [...]

Em síntese, diziam eles! (concluo eu?)

aguentou-se tal uso de enchouriçar a carne de vaca com o preparo da chicha do cochino, reconhecidamente e com expressão notória, pelo menos até ao fluxo migratório e à onda de construção de barragens dos anos cinquenta/sessenta [Ls saltos de l Douro — de Castro, Picote, Bemposta, a Saucelle], até ao consequente abandono da terra e de muitas das tradições locais, principalmente as reportadas às leis da sobrevivência.

Ainda do texto, l pildracho, a terminar esta primeira abordagem...

(...) Ye assente nessa spréncia pessonal que scribo i nó nau ambestigacion que tenha feito. Hoije, la cultura de l fumeiro de baca, se nun se perdiu, cuido que pouco faltará. Cunsultei ls mais bien documentados lhibros de cozina stramuntana i nin sequiera bi que s'amentara nel. Alfredo Saramago diç que “é quase impossível elaborar uma lista de todos os enchidos que se fazem em Trás-os-Montes. São quase tantas quantas as famílias que matam um porco...” (Cozinha Transmonta-

na, 216), mas nin ua sola beç amenta ne l fumeiro de baca. [...] Tamien deixo eiqui de lhado la cecina lhionesa, pariente de l que eiqui trato. [...] Quando chegaba l'altura de las matâncias mataba-se l cochino i ua baca. Ls probes, cumo nun tenien puosses para ua baca anteira, ajuntában-se cun outros i cumprában ua por quatro, habendo tamien pessonas que quedában cun meia baca i, quien podie, ua baca anteira. Era quajique siempre ua baca yá bielha, andurecida por anhos de trabalho al carro i al arado. Nua tierra de muito ganado cumo la Tierra de Miranda

no raiar dos anos cinquenta o efectivo pecuário do Planalto Mirandês – Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso – ainda gadeiro, cerealífero e lameirão, era constituído por mais de 8 500 vacas (mirandesas) e por pouco mais de 4 000 no início do ano dois mil; as arribas eram pertença quase exclusiva das cabradas que lhe controlavam os sobejos de matos e abriam percursos para as churras borregueiras (e lanígeras) ...

esso nunca tenerá sido grande porblema, al menos ua beç por anho. Na fin, l fumeiro de baca era tanto, al menos, cumo l de cochino. Cumbibien ambos a dous an paç. Assi, l fumeiro duraba até mais tarde i ajudaba mais a la salute. Nun tiempo an que era defícele cunserbar l quemido sin se stragar, l fumeiro era la percipal cunserva de carne, la melhor maneira de fazer durar las cousas, de fazer rendir l pouco, de tener de querer

quando de la tierra nada nacie que se podira meter a la boca. [...] Que fumeiro se fazie cula chicha de baca? Éran subretodo quatro cousas: la chouriça ou chouriço de baca, la nembra, l pildracho i las costielhas. [...] La chouriça de baca [“Chouriça de baca mirandesa”] era feita de chicha sin nembro, que era la mais tienra. Fazie-se la çuça [água d’alhos com um cachico de vinho tinto] i lhebaba unto de cochino pa la chicha quedar melhor. Dezar que la chicha era tienra ye un modo de falar, pus todo l fumeiro de baca, apuis de curado, era duro cumo palo. Mas botaba-se de molho para adundiar i le salir la çuça. Un habie que tener buenos dientes pa lo quemer. Cumo era mi buono i duraba muito tiempo, l chouriço de baca dei-xaba-se pa la segada ou para outras ceifas. [Era chouriça de Verão!] [...] La nembra era ua chouriça feita de las partes cun nembro, a mo de çpeleijos. [É a popular bocha trans-montana ou bucheira mirandesa.] Quermie-se cozida i le-baba-se de merenda lhougo no ambierno, que arrançaba mais. Quando se cozie era bien picada cun garfo para sa-lir aqueilha çuça toda. Al cozer crecie tanto que até atiraba cula coberteira de la panela i fazie a mo dun borrecico (un belhotrico). Era mui buona, que nun tenie unto. Ponie-se ua rodaixa an riba l pan i iba-se cortando cula faquita, para rendir mais. [...] L pildracho éran ls coneilhos de l quarto de la baca. Çpindurában-se pul nembro de la punta sin se meter andrento de tripa. Por esso, nun passában de chachos de chicha streitos i lhargos, que se podie quemer assi cruda apuis de curada. Quedában cula quelor dun burmeilho scuro i nun fazien tanto mal por bias de tener menos çuça. Nun se me lhembra de nanhun sabor que se le apareça. [...] Tamien las costielhas de la baca se ponien a curar. Purmeiro íban al sal até quedáren secas i apuis guardában-se i cozien-se para quemer. [...] Muita beç mos squeçemos de l’amportança que l

fumeiro de baca tubo, cuido que tanto na Tierra de Miranda cumo an outras tierras stramuntanas. (...) [in www.diariode-trasosmontes.com/cronica]

Relativamente ao facto d’esta tradição também fazer parte dos costumes alimentares de outras tierras stramuntas é novamente a naturalidade das circunstâncias do auto-consumo e da exigência das leis da sobrevivência que ditam o ajuizar afirmativo.

(...) “terá sido no tempo dos meus pais” (aí pelo fim do século XIX/início do século XX), “foram coisas da guerra” (anos 40), “era prás vacas velhas, já sem serventia”, “foi só de aprovei-to aquando das fomes da gripe espanhola” — em conversa com aldeãs sempre acima dos 60 anos de idade...

(...) “dizem que antigamente até das vacas faziam chouriços!”; “fulano (tal) também aproveitava a chicha das vacas no tempo deles”; “até dos burros e dos machos os faziam” (...) — entre outras informações espontâneas...

Independentemente da valia técnico-científica dos registo, independentemente da injustiça das omissões, fica a convicção da mera circunstância do costume agro-alimentar reportado a toda a região e às populações rurais até à primeira metade do século XX — até ao fluxo migratório para os países mais afectados pela guerra.

Os tempos passam e atropelam-se num absurdo de prioridades...



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Rastreio de saúde visual infantil



Todo o sistema visual, onde está incluído o globo ocular e estruturas cerebrais, está formado à nascença. No entanto, a visão desenvolve-se com transformações profundas que ocorrem desde os primeiros dias de vida até fundamentalmente aos 10 anos de idade. Assim a importância do rastreio precoce é crucial na saúde visual da criança. A deteção precoce das anomalias oculares em idade pediátrica assume primordial relevância, dada a suscetibilidade deste grupo etário para desenvolver perda permanente e irreversível da visão, que poderá ser evitada se precoce-mente for detetada e tratada. A primeira observação oftalmológica é feita ainda na maternidade e posteriormente

ao longo do primeiro ano de vida das crianças, pelo médico de família ou pelo pediatra. Aos 2 e 4 anos, bem como antes de entrar no ensino básico e aos 10 anos, a criança deve fazer avaliação oftalmológica. A diminuição da acuidade visual nas crianças tem fundamentalmente causas de refração, como a miopia (dificuldade em ver ao longe), a hipermetropia (dificuldade em ver ao perto) e o astigmatismo (distorção da imagem quer ao perto quer ao longe), que são corrigíveis com óculos. Também o estrabismo, que é relativamente frequente, (perda do alinhamento ocular), com desvio mais frequente para dentro (estrabismo convergente) e mais raramente para fora (estrabismo



divergente), deve ser diagnosticado e tratado o mais precocemente possível, bem como outras doenças mais raras que podem provocar eventual compromisso de défice visual por toda a vida. A ambliopia, vulgarmente designada como “olho preguiçoso” é uma doença da infância em que os olhos não apresentam alterações estruturais, mas não conseguem ver. Esta perda da capacidade de visão, que em casos extremos pode levar à cegueira, é sempre consequência do não desenvolvimento visual durante o período crítico dos 0 aos 6 anos e é apenas tratável durante a infância, com um tratamento eficaz, se efetuado em tempo dependente da etiologia, mas sempre antes da idade escolar. Quanto mais cedo a ambliopia for

detetada e tratada mais rápida será a recuperação da visão. No entanto a ambliopia é uma das principais causas de deficiência visual irreversível no adulto, o que resulta frequentemente da ausência do seu diagnóstico e tratamento na infância, durante o período crítico de desenvolvimento visual, em que a visão evolui a nível cerebral, dos 0 aos 6 anos, traduzindo assim um reflexo da situação de défice de saúde oftalmológica na infância. Os olhos necessitam de ser estimulados para se desenvolverem numa interação complexa entre o próprio crescimento do globo ocular, a maturação e a plasticidade das conexões nervosas e a estimulação da criança pelos pais e meio ambiente. Muitas das alterações da visão podem passar

despercebidas podendo desencadear situações irreversíveis de perda de visão, pelo que os rastreios oftalmológicos são imprescindíveis.

É na infância que se devem prevenir e tratar muitos problemas de saúde que se podem revelar graves na idade adulta e as doenças oftalmológicas não são exceção.

O período sensível de desenvolvimento sensorial da função é limitado aos primeiros 6 anos de vida, o que justifica que a avaliação oftalmológica nos primeiros anos de vida seja imperiosa.

Realizem rastreios visuais aos vossos filhos e educandos o mais cedo possível! A deteção precoce é a chave para o tratamento eficaz evitando futuras sequelas!



Eduarda Oliveira
Curadora do projeto expositivo Obras de Capa



| FUNDAÇÃO AEP

A evolução da diáspora portuguesa no Canadá

A emigração portuguesa para o Canadá acompanha, com algumas diferenças, a emigração para os Estados Unidos.

Marcada por diferentes ondas migratórias ao longo do século XX e XXI, a emigração fez com que os portugueses constituam hoje uma das maiores comunidades lusófonas no país,

com uma presença significativa em cidades como Toronto, Montreal e Vancouver.

A emigração portuguesa assume significado estatístico após a Segunda Guerra Mundial, quando o Canadá precisava de mão de obra para reconstruir a sua economia, no que é, aliás,

umas das características da política migratória deste país. Com efeito, em 1953, o Canadá assinou um acordo com Portugal para recrutar trabalhadores, principalmente para a agricultura, construção e indústria têxtil, o que relaciona também com as políticas de ocupação territorial daquele país. Muitos dos primeiros imigrantes eram originários dos Açores, devido às difíceis condições económicas e ao isolamento geográfico do arquipélago e, também, pela relativa proximidade com a costa leste do Canadá.

Em 1957, um grande grupo de imigrantes açorianos chegou ao Canadá através do navio *Saturnia*, estabelecendo-se principalmente na região de Ontario, em Toronto.

Nos anos 1960 e 1970, a emigração portuguesa para o Canadá atingiu o seu pico, impulsionada pela instabilidade política em Portugal (Estado Novo) e pela busca de melhores oportunidades económicas. Acompanhou também a grande disponibilidade do Canadá para contar com os portugueses para a

sua estratégia de povoamento, procurando dar maior homogeneidade à composição do território canadiano.

Outros portugueses chegaram através do Programa de Imigração por Patrocínio Familiar, onde já estabelecidos ajudavam parentes a imigrar.

A comunidade portuguesa começou a se organizar, criando associações, clubes sociais e igrejas (como a Igreja de Santo Cristo ou a Casa do Alentejo, em Toronto).

Após a Revolução dos Cravos (1974), muitos portugueses continuaram a emigrar, mas em menor número dado o clima de esperança que se instalou no país por essa altura.

A segunda e terceira gerações de luso-canadianos começaram a integrar-se mais na sociedade canadiana, mantendo, porém, fortes laços culturais, o que ainda hoje se revela nos seus hábitos quotidianos.

A comunidade diversificou-se profissionalmente, com muitos portugueses e descendentes entrando em áreas como





educação, saúde, negócios e política. Apesar dos desafios iniciais, a comunidade mantém orgulho nas suas raízes enquanto se integra plenamente na sociedade canadiana.

Nos últimos anos, a emigração portuguesa para o Canadá voltou a crescer devido à crise económica em Portugal (especialmente após 2008-2013).

Muitos jovens qualificados (engenheiros, enfermeiros, téc-

nicos de TI) têm imigrado através de programas como o Express Entry e vistos de trabalho temporário. Por outro lado, assiste-se a um movimento inverso com a presença de canadianos em Portugal, trazidos pela deslocalização de empresas canadianas para o nosso país.

Estima-se que haja entre 400.000 a 500.000 lusodescendentes no Canadá.

OPINIÃO DO ASSOCIADO

Comunidade portuguesa em França

Redescobrir a importância da união e solidariedade

A emigração “a salto” para França durante o período do Estado Novo em Portugal (1933-1974) constitui um capítulo significativo na história das migrações portuguesas. Sob um regime autoritário que impôs censura e repressão, muitos cidadãos viam na emigração não apenas uma oportunidade económica, mas uma fuga da opressão política e social. O trabalho agrícola era escasso e as políticas urbanas não favoreciam o desenvolvimento das classes mais pobres, levando muitos a considerar a emigração como única solução. França, com a sua crescente demanda por mão de obra na reconstrução pós-guerra, tornava-se um destino atrativo. Os emigrantes muitas vezes organizavam-se em grupos, reunindo recursos e informações para atravessar as fronteiras sem serem detetados. Muitas das rotas utilizadas eram perigosas e envolviam travessias ilegais, as passagens eram adquiridas por preços exorbitantes, e os viajantes enfrentavam não só os riscos físicos, mas também a questão da identificação, expondo-se a detenções e deportações. No entanto, no meio desses desafios, prevalecia um forte espírito de união entre os emigrantes. As comunidades que se formaram em terras francesas eram notórias pela sua solidariedade e apoio mútuo. As associações de emigrantes, muitas vezes baseadas em laços regionais

ou familiares, proporcionavam uma rede de segurança essencial. Esses grupos organizavam eventos, ajudavam na inserção no mercado de trabalho e ofereciam assistência nas dificuldades da adaptação a uma nova cultura. O sentimento de pertença a uma comunidade tornava-se ainda mais forte diante da adversidade, promovendo a preservação das tradições portuguesas e contribuindo para o enriquecimento cultural da sociedade francesa. A solidariedade entre os emigrantes não apenas facilitou a adaptação a um novo país, mas também ajudou a construir uma rede de apoio essencial para enfrentar os desafios da vida no exílio. Em contraste com a fértil solidariedade da década de 60, a atual comunidade portuguesa em França apresenta hoje uma realidade diferente. Embora existam empresários bem-sucedidos e iniciativas isoladas, em muitos casos, um espírito mais individualista parece ter predominado. Em vários momentos, tem-se verificado uma falta de mobilização conjunta para causas que beneficiariam a comunidade em geral. Um exemplo disso é a dificuldade em conseguir apoio para campanhas de solidariedade, como a da Santa Casa da Misericórdia de Paris, que atualmente enfrenta desafios financeiros significativos. Em vez de se unirem para garantir a continuidade de uma instituição que

tem estado ao serviço da comunidade portuguesa durante décadas, muitos empresários optam por caminhadas isoladas, focando-se apenas no seu sucesso pessoal. Esse comportamento reflete uma mudança nas dinâmicas sociais e na percepção da identidade comunitária, onde o individualismo prevalece sobre o coletivo. A perda da identidade comunitária pode significar que os valores que antes uniam os emigrantes estão a desaparecer, ou senão já, não existem mesmo. A celebração de tradições culturais, a partilha de experiências e o apoio mútuo são fundamentais para a preservação da identidade cultural portuguesa em França. É crucial que a comunidade portuguesa em França redescubra a importância da união e solidariedade. A formação de alianças entre empresários, a promoção de iniciativas conjuntas e o apoio a instituições que servem a comunidade, não são apenas benéficos para a coesão social, mas também essenciais para garantir que a herança cultural portuguesa continue a florescer no futuro. A aliança e o apoio mútuo que foram fundamentais para os emigrantes portugueses nos anos 60 precisam ser revitalizados. Apenas através da união será possível enfrentar os desafios contemporâneos e preservar não apenas a cultura, mas também o bem-estar e os direitos da comunidade portuguesa em França.

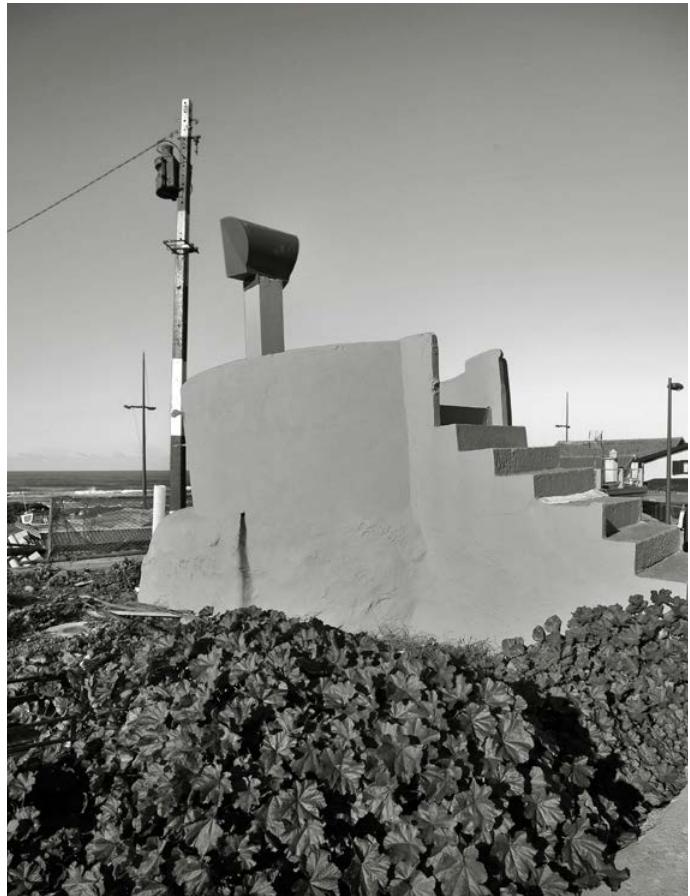


Jorge Vilela
Fundador e Diretor Executivo da AILD



PELA LENTE DE
Luís Raposo



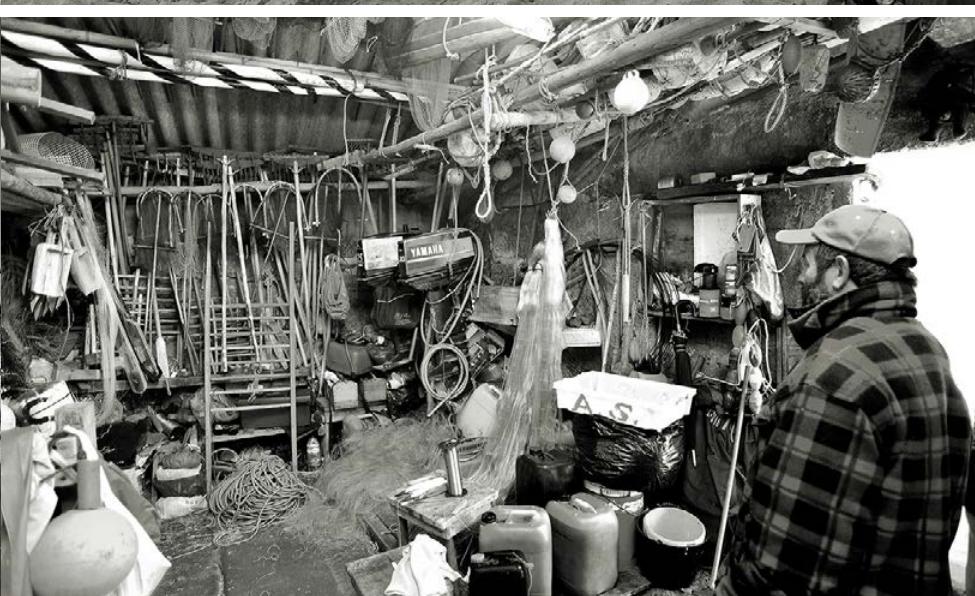


Enterrado no areal da Praia de Angeiras encontra-se um dos mais importantes sítios arqueológicos da época romana no norte de Portugal.

Este é um magnífico exemplo de arquitetura industrial romana, seis grupos de ceterias, datados da época do Império Romano Final (séculos IV-V), únicos na região norte.

Entre as traseiras da igreja matriz de Lavra e a praia de Angeiras, encontram-se também os vestígios de uma importante estação arqueológica que foi o núcleo central do estabelecimento desta freguesia na época romana.





Hoje, a praia continua a ser um porto piscatório de extrema importância para a região, contando desde 2021 com um quebra-mar de 448 metros que protege os pescadores na saída e no regresso do trabalho, diminuindo a agitação do mar sobre as embarcações.

As quinze fotografias apresentadas nesta edição, datam dos anos de 2010 a 2015 e são apenas um contributo para que os habitantes de Angeiras, onde ninguém imagina um futuro sem pesca, mesmo que poucos ainda queiram pescar, possam continuar a existir.



PROGRAMA REGRESSAR

Diana & Filipe

Um estágio em Heidelberg, levou a Diana a sair de Portugal, mas a família falou mais alto. Saíram 2 mas regressaram 4, e não se arrependem nada de terem voltado.

Que motivos vos levaram a sair de Portugal em 2015? Porquê Heidelberg?

Em 2015, eu fui fazer um estágio no EMBL (European Molecular Biology Laboratory), que fica localizado em Heidelberg. Já saí com o intuito de procurar uma posição de doutoramento, tendo em conta que na área de genética e biologia molecular há tão poucas oportunidades em Portugal. Fui a várias entrevistas pela Alemanha, mas o doutoramento que me caiu mais acabou por ser na University Hospital Heidelberg. O Filipe, pouco depois de eu ter arranjado a posição de doutoramento, foi ter comigo em janeiro de 2016. Foi para lá a trabalhar remotamente para a empresa portuguesa da altura, mas poucos meses depois acabou por transitar para uma empresa alemã, onde se mantém até agora.

Como foi a vossa adaptação a um novo país?

Foi um processo entusiasmante, mas cansativo, já que nenhum de nós até à data tinha tido qualquer contacto com a

cultura ou língua alemã. Por exemplo, tivemos que nos habituar que os supermercados e lojas fecham todas aos domingos e adaptarmo-nos ao estilo de vida alemão mais virado para caminhadas e convívio com a família e amigos. Desporto também é uma realidade diária para a maioria dos alemães e como andam de bicicleta para todo o lado, a atividade física acaba a estar incorporada no dia a dia, bem como os passeios ao ar livre independentemente do tempo, como eles muitas vezes dizem: o tempo não está mau, as pessoas é que não estão equipadas à altura (“Es gibt kein schlechtes Wetter, es gibt nur falsche Kleidung.”) No fim de contas, o que se estranha acaba por entranhar e agora que voltamos vemo-nos a aplicar o estilo de vida alemão aqui em Portugal.

O que vos fez regressar?

Acima de tudo a família. Mas honestamente já saímos de Portugal a saber que iríamos regressar assim que eu acabasse o doutoramento e encontrasse emprego na área.



Queremos que os nossos filhos cresçam com a cultura portuguesa e perto da família, à qual damos muita importância. Estamos eternamente gratos pelas experiências fantásticas que tivemos fora de Portugal, que sem dúvida nos enriqueceram muito. Agora que cá estamos não nos arrependemos nada de termos voltado.

Quais são os vossos projetos atuais?

Eu continuo a trabalhar para a minha empresa na Alemanha na área da genética humana. A empresa do Filipe na área de tecnologia da informação abriu um departamento em Portugal para onde ele foi transferido.

Como conheceram os apoios financeiros ao Programa Regressar?

De forma inesperada! Numa das nossas visitas a Portugal (em que aproveitamos para fazer de turistas que não fomos enquanto cá vivíamos), visitamos Sandomil (na Guarda).

No alojamento onde ficamos o tópico apareceu casualmente numa conversa com os donos. Informação que ficou guardada ainda durante uns anos connosco, até ser realmente preciosa para o nosso regresso.

Como correu o processo de candidatura?

Os documentos necessários são simples, bem como o processo. No nosso caso foi mais difícil porque as autoridades alemãs não emitiram os documentos com as datas todas (mudamos de casa algumas vezes) e tivemos que solicitar correções a diferentes municípios. Contudo, assim que conseguimos obter esses documentos, foi muito simples a candidatura. O Programa Regressar ajudou-nos muito no regresso, cobriu parte das nossas despesas com o camião das mudanças e os *airbnbs* onde ficamos aquando da viagem de regresso (feita de carro). O Programa Regressar vai continuar a ajudar nos próximos anos com os benefícios que inclui e estamos muito gratos por pudermos regressar a Portugal com esta ajuda imprescindível.

Programa Regressar



José Albano
Diretor Executivo do PCRE



VIAGEM LUSITANA

Fátima

*Rosas Mensageiras e de Recordação no pequeno Histórico e Espiritual
Mapa do Santuário apresentadas em Prosa, Poesia e Prece.*

Milagres e Ciência

Realizar a Viagem Lusitana é também viajar nas Páginas dos Mistérios da Humanidade, a fim de encontrar Respostas para a Coragem, que não desiste de continuar a caminhar na Estrada da Vida. Contemplando o Santuário é realizar, que a Capelinha das Aparições está resguardada com o “Milagre do Sol” e a História dos Pastorinhos. Quase como no Mundo uma Divina Terra Natal. Por conseguinte a Viagem Lusitana oferece uma *Nuance* de um Histórico e um pouco Misterioso Itinerário para passear e ... peregrinar.

Divinos e Poéticos Quadros que Digníssimas Damas, Rainhas de Portugal, Nobres Divinas e Ilustres Santas, oferecem ao Mundo:

Divina Nossa Senhora do Rosário de Fátima, brilha na Escu-

ridão da Noite no meio de Luminosas Velas, que recordam Estrelas no Firmamento, e alumia da Luz do Sol rodeada de Lenços Brancos, que fazem lembrar Pombas Brancas da Paz, recordando o Milagre de Fátima.

Nobre Rainha Santa Isabel de Portugal, Padroeira de Coimbra, diz ao Real Soberano, Seu Esposo, Rei D. Dinis:

“Levava uma vez a Rainha Santa moedas no regaço para dar aos pobres (...) Encontrando-a el-Rei lhe perguntou o que levava, (...) ela disse, levo aqui rosas. E rosas viu el-Rei não sendo o tempo delas.” (Crónica dos Frades Menores).

Impressionantes Quadros que dirigem o Pensar desejar conhecer o Ser do Milagre. Dado a Transcendência é uma Procura de Respostas na Eternidade do Universo entre Secular e Eclesiástico ou entre Céu e Terra.



Rosas – Flor de Nossa Senhora. Nem sempre realizamos que a Vida, não é somente um Arbusto com Espinhos, mas sim também recebe Rosas: Não em Flor, mas sim Realidades com Simbolismo do Bem.

Fátima – Palavra repleta de Enigmas, assim como de História de Fé, Esperança e Coragem.

Enigma – Poucas letras que atraem Curiosidade ou no presente caso conhecer um Cantinho no Mundo onde Milagre e Ciência se encontram.

Milagre e Ciência – eterna Oposição ou fiel Aliança na procura da Verdade. Poderosa Palavra. A História do Mundo conta de Mistérios, Segredos e Enigmas. Nem sempre a Ciência os consegue desvendar. Entre Céu e Terra existem Acontecimentos, que descrevemos com a Expressão “Foi um Milagre!”. Quando a Ciência não encontra Explicações. Céticos argumentam “Com o Tempo!”. Acontece, que por vezes, nem o Tempo oferece resposta, porque o Milagre da Perspetiva Secular não consegue ser explicado. Dado a Faceta Eclesiástica pertence à Esfera da Divina Fé. Fátima revela um Lugar Espiritual da Crença Celestial. Nossa Senhora que conheceu o Caminho entre Espinhos oferece à Humanidade Rosas.

Em 1917 o Mundo encontrava-se no meio da I. Guerra Mundial e a Vida vivia Crises sócio-económicas. Não era uma Era de Paz. No meio de Espinhos, na Cova de Iria, aconteceu um Ciclo de Aparições Marianas, assim como a Aparição do Anjo de Portugal, da Paz (1916). De forma transcendente floriram as Rosas de Nossa Senhora, integrando os Proféticos Segredos, que somente ao longo do Tempo foram revelados. A 13 de Maio de 1917 três Pastorinhos – Lúcia dos Santos (Aljustrel, Fátima, 28 de Março de 1907 – Coimbra, 13 de Fevereiro de 2005), Jacinta Marto (Aljustrel, Fátima, 11 de Março de 1910 – Lisboa, 20 de Fevereiro de 1920) e Francisco Marto (Aljustrel, Fátima, 11 de Junho de 1908 – 04 de Abril de 1919) – testemunharam a 1. Aparição de Nossa Senhora do Rosário. Assim aconteceu até Outubro, quando milhares de Pessoas assistiram ao conhecido “Milagre do Sol”.

Visitar Fátima é peregrinar ou passear no Caminho dos Pastorinhos e em Mente viver o que em 1917 aconteceu: do Real ao Transcendente-Celestial. Visitante ou Crente é conhecer a Aura Milagrosa e os Históricos Acontecimentos.

Momento de Silêncio para rezar ou ouvir, o que a História da Vida ao Mundo deseja contar.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



| **FALAR PORTUGUÊS**

«Copo de água» é erro de português?

Há alguns anos, num lindo fim de tarde, estava eu ali ao pé do Oceanário, onde ia passear com o meu filho e a minha sobrinha, a beber um café — quando um senhor muito bem vestido e seguro de si se chega ao balcão e diz, bem alto:

— Quero um copo com água!
Sim, o «com» foi dito com negrito e tudo.

Longe de mim criticar tal construção. Está tecnicamente correcta, tal como dizer «vou tomar uma colher com xarope» ou «passa-me a chávena com chá». Mas lá que

tresanda a preciosismo, não haja dúvida. O tom do senhor bem parecia dizer: «Ó para mim a usar a construção correcta, ao contrário de tantos outros.»

Enfim, se calhar estou a ser muito injusto. Vai na volta, o senhor sempre disse «copo com água» — e gosta de sublinhar as preposições com a voz.

Seja como for, parece que algumas pessoas concluíram que, se o copo não é feito de água, só podemos usar a preposição «com»: queremos um copo com água, não um copo feito de água. Pode ser essa a razão, ou outra. O vício do pânico inventa as regras que forem necessárias...

As regras da língua, que temos cá dentro e não são fáceis de descrever, mesmo quando as usamos sem dificuldade no dia-a-dia, parecem ser mais complexas e até um pouco mais flexíveis (ah, o horror) do que essas lógicas da batata que inventamos a correr, só para termos o prazer de tomar os outros por parvos.

Afinal, quando falamos de algum tipo de material que está dentro de um qualquer recipiente, diz-nos a língua que temos cá dentro que podemos usar a preposição «de»: «um balde de areia», «um camião de tijolos», «um copo de água», «uma colher de xarope», etc.

Porquê? Porque é assim que o português-padrão funciona.

Sim, exacto.

Se, no entanto, formos mais curiosos, podemos até tentar descortinar a lógica mais profunda dessa construção, por mais fugidia que nos pareça: estamos a dar mais atenção ao conteúdo e não tanto ao recipiente — falamos da areia, dos tijolos, da água, do xarope. O que vem antes (o balde, o camião, o copo, a colher) serve de medida daquilo que nos interessa (embora também sirva de recipiente, é verdade). É quase como dizer: «quero um metro de tecido» — da mesma forma, «quero um copo de água». Se vier numa chávena, não faz mal. O que nos interessa é a água: temos sede, não andamos a colecionar copos.

O curioso é que todos os que ouvem «quero um copo de água» percebem perfeitamente a expressão: é usada em todos os registos e faz parte do português-padrão — e mesmo assim leva pancada de algumas pessoas, que enfiam uma qualquer lógica aleatória pela garganta da língua abaixo.

Uma nota final: se por acaso a língua tivesse seguido um caminho em que a preposição mais comum neste tipo de construções fosse mesmo «com», tenho a certeza de que haveria alguém a queixar-se. «"Copo com água" é um erro! O «com» só se pode usar quando alguma coisa acompanha outra, como na construção "carne com batatas"!» É um argumento absurdo? As preposições podem ter vários significados? Pois é, pois é...



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

Portugal, o verdadeiro paraíso RNH 2.0

Portugal posiciona-se atualmente como um destino de eleição a nível mundial, distinguindo-se como um verdadeiro paraíso em múltiplos aspectos, especialmente quando comparado com muitos outros países. Dotado de um clima ameno, reconhecido internacionalmente pela sua segurança, e com uma estabilidade política e económica consolidada, o país oferece uma qualidade de vida invejável.

Para além disso, pessoas de todas as nacionalidades encontram em Portugal um ambiente acolhedor, marcado por uma população calorosa e tolerante, que facilita uma integração cultural e social célere. O país destaca-se ainda pela diversidade de escolas internacionais disponíveis, que oferecem um ensino de elevada qualidade, ajustado às necessidades das famílias estrangeiras. A conectividade internacional é outro ponto forte, com ligações aéreas diretas para todos os continentes, facilitando o acesso global e reforçando a atratividade do país. Simultaneamente, Portugal disponibiliza um ambiente empreendedor altamente favorável, com benefícios fiscais atrativos e regimes específicos que promovem o investimento

estrangeiro, incentivam o empreendedorismo e impulsionam a inovação.

Acresce a isto um regime fiscal particularmente vantajoso no que toca a doações e sucessões, nomeadamente quando comparado com outras jurisdições europeias, permitindo uma transmissão patrimonial eficiente e a preservação do património familiar e empresarial.

Este quadro é complementado por infraestruturas modernas, uma mão-de-obra qualificada e uma localização geográfica estratégica, que posiciona Portugal como uma porta de entrada privilegiada para os mercados europeu e global. Elementos únicos como a riqueza gastronómica de renome internacional, a excelência dos seus vinhos e a deslumbrante beleza natural — das praias paradisíacas às paisagens rurais e montanhosas de cortar a respiração — acentuam ainda mais esta atratividade.

Comparativamente a outros países, a simplicidade administrativa, aliada a uma fiscalidade competitiva e transparente e enriquecida por estes atributos culturais e naturais, reforça a percepção de Portugal não apenas como um des-

tino turístico de eleição, mas principalmente como uma jurisdição estratégica para quem procura segurança, rentabilidade, qualidade de vida e excelência na gestão do património e das suas atividades económicas.

Neste contexto já excepcional, o novo regime fiscal IFICI (conhecido como RNH 2.0) eleva ainda mais as expectativas de investidores e profissionais internacionais. Desenvolvido com o objetivo de atrair talento e fomentar a inovação, este regime introduz um conjunto de incentivos fiscais competitivos, adequados às exigências da economia moderna. Entre os benefícios incluem-se taxas reduzidas de imposto, isenções sobre rendimentos obtidos no estrangeiro, e reconhecimento específico de profissões altamente qualificadas.

O regime IFICI demonstra que seria impensável imaginar que Portugal pudesse oferecer mais — mas, de facto, oferece. Este quadro completo, aliado aos atributos culturais, sociais e geográficos do país, consagra Portugal como um dos ambientes mais atrativos do mundo para viver, investir e empreender.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal



Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt